



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIENCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA
AMÉRICA LATINA**

**A Frente de Libertação Nacional na Guerra Por Independência e na Formação
do Estado Argelino**

TIAGO OLIVIERA CUSTÓDIO

Foz do Iguaçu/PR
2016



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIENCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA – SOCIEDADE,
ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

A Frente de Libertação Nacional na Guerra Por Independência e na Formação do Estado Argelino

TIAGO OLIVEIRA CUSTÓDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientador: Prof. Dr°. Rodrigo Luiz Medeiros Silva

Foz do Iguaçu/PR
2016

TIAGO OLIVEIRA CUSTÓDIO

A Frente de Libertação Nacional na Guerra Por Independência e na Formação do Estado Argelino

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr^o. Rodrigo Luiz Medeiros Silva
UNILA

Prof. Dr^o. Flavio Alfredo Gaitan
UNILA

Prof. Dr^o. Rodrigo Cantu Souza
UNILA

Foz do Iguaçu, 12 de Dezembro de 2016.

CUSTODIO, Tiago Oliveira. **A Frente de Libertação Nacional na Guerra Por Independência e na Formação do Estado Argelino**. 2016. 53 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RESUMO

No contexto histórico da Guerra Fria e pós II guerra mundial, a maior parte dos territórios ocupados na África e na Ásia entre o final do século XIX e início do século XX tornou-se independente. Ao longo de quarenta anos (entre o início dos anos 1950 e o final dos anos 1980), diversas estratégias foram utilizadas pelos grupos nacionalistas para lograr o reconhecimento de sua soberania. Muitas delas foram aplicadas a outros países e muitas tiveram impacto direto no exterior. Este trabalho visa analisar o contexto norte - africano, por meio do estudo de caso da experiência argelina. Embora com diversos elementos comuns aos demais casos da região do Magreb e à muitas outras ex-colônias, os estudos de caso focados na Argélia destacam a alta participação popular diretamente no processo. Tendo como objetivo analisar a mobilização e a participação dos setores populares nos conflitos por independência, será apresentada uma historiografia da participação popular na Frente de Libertação Nacional, e as circunstâncias da posterior exclusão popular serão avaliadas.

Palavras-chave: Argélia; FLN; Descolonização; Mobilização; Participação.

CUSTODIO, Tiago Oliveira. **The National Liberation Front in the War for Independence and the Formation of Algerian State**. 2016. 53 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

ABSTRACT

In the historical context of the Cold War and after the Second World War, most of the occupied territories in Africa and Asia in the late nineteenth and early twentieth century became independent. Over forty years (from the early 1950s and the late 1980s), several strategies have been used by nationalist groups to achieve the recognition of their sovereignty. Many of them have been used by many other countries and had a direct impact abroad. This work aims to analyze the north - African context, through the case study of the Algerian experience. Albeit with many elements common to other cases of the Maghreb region and many other former colonies, the case studies focuses on Algeria highlights the high popular participation directly in the process. Having analyzed the mobilization and participation of ordinary people in the conflict for independence, a historiography of popular participation in the National Liberation Front will be presented, and the circumstances of popular exclusion from this movement will be analyzed.

Key words: Decolonization; FLN; Participation; Mobilization; Algeria.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura da FLN em 1960	34
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Regimes políticos e sistemas de partidos.....	20
Tabela 2 – Regimes políticos e sistemas de partidos nos países industrializados e no Oriente Médio/Norte da África	21
Tabela 3 – Relação Civil-Militar nos Governos do Oriente Médio/Norte da África, países industrializados e a média mundial.....	23
Tabela 4 – Nova Elite em 1965	35
Tabela 5 – Plano Quadrienal de 1970-73	37
Tabela 6 – Greves na Argélia (1969-1990)	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Regimes Políticos no Oriente Médio e Norte da África (1950-1990)	21
Gráfico 2 – Regimes Políticos e Organização Partidária no Oriente Médio e Norte da África (1950-1990)	22
Gráfico 3 – Investimentos, Crescimento do PIB e Inflação na Argélia (1951-1990).	38
Gráfico 4 – Crescimento do PIB (1951-1990) - Argélia, Oriente Médio e Norte da África e Países Industrializados.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN	Exército de Libertação Nacional
ENA	Estrela Norte-Africana
FLN	Frente de Libertação Nacional
FME	Federação dos Muçulmanos Eleitos
GPRA	Governo Provisório da República Argelina
PPA	Partido do Povo Argelino
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OS	Organização Especial
SONATRACH	Sociedade Nacional para a Pesquisa, Produção, Transporte, Transformação e Comercialização de Hidrocarbonetos
UGTA	União Geral dos Trabalhadores Argelinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 MARCO TEÓRICO	9
2.1 Participação e Representação Política.....	11
2.2 Sistemas de Partidos.....	17
2.3 Nacionalismo e Estado Nacional.....	24
2.3.1 <i>Movimentos Sociais</i>	27
3 REVISÃO HISTÓRICA SOBRE OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ARGELINOS ..	29
3.1 Resistências e Movimentos Nacionalistas Anteriores a 1954.....	29
3.2 A Guerra (1954-1962).....	31
3.3 A independência, a experiência Socialista e a Construção do Estado	33
3.3.1 <i>Plano Quadrienal (1970-1973)</i>	36
3.3.2 <i>Os trabalhadores e o Estado</i>	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A construção de um Estado Nacional aparece na história sempre como o resultado de processos de longa duração, que ao longo de séculos vão moldando as estruturas sociais, políticas e econômicas, assim como as instituições que dão suporte a tais estruturas. Esse processo é concomitante ao de centralização do poder no Estado, operacionalizado por uma burocracia cada vez mais especializada no serviço público, de forma extremamente racional. Segundo Weber (1997), essa gestão especializada seria uma das principais marcas do Estado moderno e fundamental para sua atividade da mesma forma como a racionalidade presente nas empresas privadas foi crucial para o desenvolvimento do capitalismo.

“O progresso em relação ao funcionalismo burocrático caracterizado pelo formalismo de emprego, salário, pensão, promoção, treinamento especializado e divisão funcional do trabalho, áreas bem definidas de jurisdição, processos documentários, sub e superordenação hierárquicas tem sido o igualmente inconfundível padrão para a modernização do Estado, quer monárquico, quer democrático, pelo menos no que se refere a um Estado composto de grandes massas de povo, e não a um pequeno cantão com administração rotativa” (WEBER, 1997; p. 39)

O surgimento deste Estado de massas foi contemporâneo ao de formação das identidades nacionais ligadas aos novos Estados. De acordo com Hobsbawm (1990), a característica básica da nação moderna seria justamente sua modernidade, considerando que apenas na idade moderna o conceito de povo (“*Volk*” no original em alemão) passou a ser associado ao de nação e este à independência e unidade política. Mas, esse modelo pode ser aplicado apenas ao contexto europeu a partir do século XVIII, enquanto nas Américas, a partir da independência dos Estados Unidos em 1776, surgiram dezenas de novos Estados, de acordo com os processos de independência em cada região. E com poucas exceções, a maioria dos territórios na África e na Ásia não era formada por Estados Nacionais até a segunda metade do século XX. Foi no contexto de pós segunda guerra e de guerra fria que as colônias francesas, inglesas, portuguesas na África e na Ásia, passaram a mobilizar-se politicamente em torno de movimentos de independência, a maioria deles no exílio.

No continente africano, os processos de independência tiveram início apenas no contexto de pós Segunda Guerra Mundial, impulsionados pelo enfraquecimento das metrópoles coloniais durante a guerra e na repressão extrema a qual estas submeteram

suas respectivas colônias com o objetivo de subsidiar a recuperação dos danos causados pelo conflito (HRBEK, 2010). E com as independências surge o imenso desafio de construção de todo aparato necessário ao funcionamento destes novos sistemas-políticos, o que representou um imenso desafio a ciência política até então voltada para a lógica seguida pelos Estados Nacionais na Europa¹.

Dentre as dezenas de países com trajetórias similares, optou-se nesse projeto pelo caso argelino devido às singularidades do mesmo tanto como a primeira colônia europeia na África como quanto pelo alto grau de participação da população nas mobilizações e nas ações armadas por todo país. Karen Farsoun afirma que o caso Argelino apresenta diversas excepcionalidades no estudo de “sociedades do Terceiro Mundo” (FARSOUN, 1975, p. 3) por representar ao mesmo tempo o primeiro território colonizado por uma potência europeia no continente africano, posteriormente explorado de forma extrema, gerando grandes remessas para a metrópole e possibilitando a formação de uma elite numerosa no país, com influência significativa no parlamento francês. Considerando a amplitude que envolve analisar a participação dos setores populares, optou-se nesse trabalho por concentrar a análise na incorporação desses quadros na Frente de Libertação Nacional, organização que aglutinou os movimentos nacionalistas existentes no país e no exterior e liderou os conflitos com a administração colonial pela independência.

Este trabalho tem como objetivo compreender quais foram as transformações internas da FLN que levaram ao afastamento dos setores populares das ações e tomadas de decisão da organização. No primeiro capítulo, está o marco teórico para esta pesquisa, definindo primeiramente os conceitos de participação e representação política, utilizados para dar mais precisão a abordagem teórica desenvolvida. Foram utilizadas as definições de participação política presentes nos dicionários de Ciência Política de Norberto Bobbio e Torcuato Di Tella, para ilustrar o conceito e possibilitar um diálogo entre os dois autores utilizados, Norberto Bobbio e Boaventura de Souza Santos. Associando o conceito de participação com o tema da representatividade. Dessa forma, tem-se uma diferenciação entre participação e representatividade, a partir do ponto em que a participação se dá por meio da ação direta do indivíduo. São apresentadas na sequência as formas tradicionais de associação política, os movimentos sociais e os partidos políticos, assim como as definições clássicas sobre o Estado, nação e as limitações de tais conceitos ao tema proposto nesta pesquisa.

¹ Entre os vários campos que passaram a trabalhar sobre essas questões, destacam-se as produções com base na teoria da modernização e da cultura política, Cf. HUNTINGTON, S. “Political Order in Changing Societies”. Yale Univ. Press, New Haven, 1968; ALMOND, G. A. e VERBA, S. “The Civic Culture”. Princeton. University Press, 1963.

No segundo capítulo, segue a revisão histórica sobre os movimentos nacionalistas argelinos, dividida de acordo com o proposto por Samir Amin (1970, p. 105) em cinco períodos, de 1830 a 1870, de 1870 a 1920, de 1920 a 1954 e de 1954 em diante. Considerando o contexto analisado neste trabalho, todos os movimentos anteriores foram agrupados numa subseção única, dando mais ênfase ao período posterior a 1954. A guerra por si só representou um fato determinante para a política, a economia e a sociedade argelina (MENIK, 1964), dessa forma há uma sessão que descreve as consequências da guerra para economia, política e sociedade argelina, seguida pela análise dos processos que se desenvolveram no pós-guerra e na formação do Estado. Concentramos a análise nas disputas entre os distintos grupos no interior da FLN pela sua direção e governo do país. Com programas de governo e estratégias de desenvolvimento profundamente contraditórios, ao ponto de levar a um golpe de Estado e à ascensão da ala mais autoritária da organização.

2 MARCO TEÓRICO

Neste capítulo temos os conceitos e abordagens teóricas que serão utilizados neste trabalho. Inicialmente com as definições mais tradicionais dos conceitos de participação e de representação, elementos centrais em todas as vertentes das teorias contemporâneas da democracia. A própria democracia moderna, está associada intrinsecamente ao modelo representativo “(...) fundamentada em uma forte e estável relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos” (MANIN, 1992, p. 2). Na primeira sessão há então uma breve síntese sobre a teoria democrática contemporânea e suas bases na filosofia política, orientada pela evolução do liberalismo político e as ideias a respeito do Estado-liberal democrático. Fomos das considerações sobre os principais aportes dos contratualistas nos séculos XVII e XVIII para a formação dos sistemas políticos modernos no século XIX (quando tem início também a colonização da Argélia) e os avanços na área entre o final do século XIX e meados do século XX, com o elitismo democrático e o minimalismo representado por Schumpeter e Robert Dahl.

Como será pontuado na terceira sessão e como foi observado por Alexis de Tocqueville (1837), nas primeiras décadas da ocupação, a França não fez mais do que assumir a administração turca na região consolidada no Makhzen, uma formação política próxima aos Estados europeus a época que tampouco detinha o controle sobre todo o território (CHÉRIF, 2010). Foram necessárias décadas de acordos com lideranças do interior do país e posteriormente diversos conflitos para centralizar o poder sobre todo o território na administração colonial. De forma análoga (e a despeito de seus objetivos), veremos no segundo capítulo que após a independência em 1962, mesmo um governo socialista e revolucionário teve que manter todo aparato burocrático herdado da administração colonial para dar início a um governo autônomo, devido ao enorme déficit de corpo técnico especializado na administração pública.

Ainda que este trabalho esteja centrado na trajetória da FLN, veremos no segundo capítulo que analisar a forma como se deu a colonização é crucial para entender as origens sociais e simbólicas do movimento nacionalista e também a organização política iniciada pelo grupo que daria lugar ao aparato estatal. Também há ao longo do texto, uma tentativa de demonstrar como os conceitos diretamente ligados ao tema e tradicionais na ciência política se aplicam ao objeto da pesquisa. Temos como pressuposto que tais conceitos são construções sociais e como tais, formulados em determinados contextos históricos, assim, tentar explicar fenômenos externos à esses contextos seria algo a-histórico e conseqüentemente fadado ao erro.

“As colônias implantadas por Alemanha e França na África e na Ásia não

são de modo algum implantes das vidas nacionais de ambos países além-mar. Em nenhuma parte, nem mesmo na Argélia, essas colônias representam a verdadeira civilização europeia. A estrutura política e econômica de suas sociedades é completamente alheia a dos países de origem.” (HOBSON, 1902, p. 5)

Nosso trabalho foi o de evidenciar como as construções teóricas a respeito da representação política, do nacionalismo, dos movimentos sociais e do Estado, foram permeadas por questões equiparáveis as que emergiriam com a guerra por independência e a formação do Estado da ex-colônia. Após a independência da maior parte dos países africanos entre 1950 e 1980, a diversidade de estruturas de poder pré-existentes a colonização e viciadas pela administração colonial, mesclaram-se as formas políticas próprias dos países ocidentais, dando lugar a novas formas de representação e condução do Estado. Houve inclusive discussões a respeito de uma federalização do continente, ou ao menos de processos de integração mais intensos. O próprio desenvolvimento da ciência política se deu em grande parte no mesmo período entre início do século XIX e meados do século XX, e com exceção dos Estados Unidos, o mundo só passaria a ter partidos políticos modernos a partir de 1850 (DUVERGER, 1957, p. 21; SARTORI, 2001, p. 56). Na segunda sessão há justamente, sínteses das análises clássicas sobre o desenvolvimento e funcionamento dos partidos políticos modernos (SARTORI, 2001; DUVERGER, 1957; WEBER, 2000).

Nos interessa principalmente compreender o processo de institucionalização da FLN como partido político, e sua trajetória entre movimento nacionalista à partido único, o que leva também a questionamentos sobre o regime político que representou. Utilizamos então o banco de dados “Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990” (2000), organizado por Adam Przeworski, Michael Alvarez, José Antônio Cheibub e Fernando Limongi, onde constam dados referentes a 135 países, observados entre 1950 (ou o ano de independência desses países) e 1990 (ou o último ano em que os dados eram disponíveis). Dentre dezenas de variáveis que dizem respeito principalmente aos regimes políticos e compreendem, o número e o sentido de transições de regimes, classificação entre democracia e ditadura, existência de partidos políticos, nível de liberdade civil, classificação das relações civis-militares, criamos séries temporais das transições entre regimes políticos na região do norte da África e oriente médio para comparar aos dados gerais e também as estatísticas dos países industrializados.

2.1 Participação e Representação Política

Desde o seu início na Grécia antiga, o termo democracia passou por diversas transformações quanto a sua operacionalidade e valoração. Entre sua primeira aparição em Heródoto, que a utilizou para definir literalmente o “poder” do “povo”, do século III a.c. ao século XIX a palavra democracia teve um transcurso degenerativo, sendo associada por Aristóteles às más formas de governo em detrimento do regime político óptimo que seria a república (SARTORI, 1991). Foi apenas na era moderna que o termo voltou a ser utilizado para denominar a democracia representativa. Sartori (1991, p. 118) define três aspectos principais do discurso sobre a democracia moderna: o de legitimidade, o de exercício do poder e da democracia como um ideal. Esses três aspectos combinam-se ao considerar que embora o povo seja o titular do poder, o problema de como aplicá-lo aos problemas da sociedade está no exercício do mesmo, de forma que todos possam participar de alguma forma. Norberto Bobbio estabelece dois conceitos para diferenciar os regimes políticos: representação e participação política, para diferenciar as formas de democracia: as democracias representativas e as democracias diretas (BOBBIO, 2007).

Segundo Ernesto Liboreiro (2004, p. 525), o conceito de participação está permanentemente ligado ao controle, seja dos recursos, das decisões ou dos benefícios sociais. E dentro desse conceito, também se encontra a luta dos grupos vulneráveis para ter acesso a essa participação, restrita aos grupos dominantes. A definição de participação a partir da ideia de controle, e do acesso a esse controle, se ajusta ao conceito de cidadania proposto por Torcuato Di Tella (2004) no seu dicionário de ciência política. Onde ele se refere à tradição dos contratualistas e a influência liberal tanto nos conceitos de cidadania e participação, estabelecendo o ciclo entre os direitos civis, sociais e políticos. Este ciclo de surgimento e consolidação de direitos aparece na obra de Thomas Marshall (1967) como uma sequência que teve início no século XVIII com o início da aquisição de direitos, cumulativos ao longo da história e que teriam sido adquiridos através da sequência de direitos civis, sociais e políticos a partir do século XVIII, no contexto da revolução industrial., intensificando-se no século XIX com a construção da cidadania política e posteriormente no século XX com a conquista dos direitos sociais e após essa fase começaria a participação política. A própria constituição da cidadania e como consequência da participação política se consolida com a obtenção de direitos civis, políticos e sociais.

A democracia moderna seria a democracia representativa, cujas bases foram assentadas sobre o ideal de um Estado democrático-liberal numa sequência histórica que vai da democracia pura e simples dos antigos, sucedida pelo liberalismo e a democracia moderna:

“Temos então três etapas, na primeira, o Estado liberal que é fundamentalmente um Estado constitucional que engloba o poder absoluto; na segunda, um Estado liberal democrático que é em primeiro lugar liberal (constitucional) e depois democrático; e na terceira, um Estado democrático liberal no qual o peso de seus componentes inverte-se: o poder popular prevalece sobre o poder limitado.” (SARTORI, 1991; p. 129)

A construção do liberalismo político e da democracia liberal foi concomitante à produção intelectual dos contratualistas, iniciada no contexto da revolução inglesa com o individualismo liberal de John Locke, precursor do governo constitucional e consagrado por seu “Segundo Tratado sobre o Governo Civil” (MELLO, 2001). Juntamente com Hobbes, Rousseau foi um dos principais representantes do jusnaturalismo ou teoria dos direitos naturais, na qual Locke se aproxima de Hobbes ao partir do “estado de natureza” para o “estado civil”, mediado pelo contrato social (MELLO, 2001; p. 84). Com Rousseau, há o início de uma tradição democrática, dentro da tradição liberal de seus predecessores:

“Toda teoria política de Rousseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e, em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas” (PATEMAN, 1990; p. 34)

Pensando mais em um modelo com base na democracia dos antigos, mais participativo, que seria a base para teorias participativas mais contemporâneas. Seu modelo também se coloca como um contraponto à democracia liberal, com a defesa do governo da maioria, antecipando ideais de igualdade que eclodiriam na Revolução Francesa de 1789 (NASCIMENTO, 2001; p. 197). Contrariando os contratualistas ao propor uma análise pragmática centrada nas sociedades modernas, sem entrar na discussão a respeito de um possível momento anterior, no qual os indivíduos tinham total liberdade, Montesquieu foi fundamental para a adoção do conceito de lei científica nas ciências humanas, estabelecendo uma ponte com as ciências empíricas e rompendo com a submissão da política em relação à teologia (ALBUQUERQUE, 2001; p. 111). Seus estudos se referem ao funcionamento na prática das instituições políticas, na defesa do governo representativo, dedicado à liberdade e a minimizar a corrupção e privilégios. Apenas um governo constitucional poderia garantir direitos ao cidadão já que a Constituição pode definir limites invioláveis à ação do Estado.

A despeito das decadências de monarquias e seus conflitos internos, Montesquieu apontou o poder moderador exercido por estas como a origem de regimes políticos estáveis por séculos. E na busca por condições de possibilidade de um regime estável, desenvolveu uma obra que define a tipologia dos regimes políticos e a teoria dos três poderes. Nessa tipologia são consideradas duas dimensões do funcionamento político das instituições: quem detém o poder e o modo de funcionamento de cada forma de governo. A primeira dimensão aponta o governo de um só, como a monarquia, quando exercido de acordo com leis fixas, ou despotismo, quando exercido de acordo com a vontade de apenas um. Na primeira dimensão está também a república, quando exercido pelo povo como um todo, ou repúblicas aristocráticas, quando exercido por partes do povo. Os três modos ou princípios de governo seriam as “paixões”, a honra seria o princípio da monarquia, a virtude corresponderia à república e o medo ao despotismo (ALBUQUERQUE, 2001; p. 117). Os trabalhos de filosofia política citados e a teoria política mais empírica e constitucional de Montesquieu foram as principais influências para redação da constituição dos Estados Unidos em 1788 e principalmente para a série de artigos reunidos sob o título de “O Federalista”, publicados anonimamente à época e escritos por Alexander Hamilton, James Madison e John Jay (LIMONGI, 2001; p. 245).

A questão central dos artigos presentes no texto é a defesa de um governo central forte, com capacidades estatais garantidas pela constituição, e que dessa forma, pudesse ir além da ideia de confederação. Não havia até então uma experiência real, apenas conjecturas sobre como conciliar a liberdade possibilitada por Estados pequenos e a força dos grandes (HAMILTON, JAY, MADISON; 2001). E também sobre os riscos de que governos populares de massas pudessem levar à regimes tirânicos, considerando que a principal diferença apontada por Hamilton entre confederação e federação era que enquanto na primeira o governo central se relaciona apenas com os Estados, na segunda essa relação se estende aos indivíduos. Sobre este último tópico, vemos novamente a influência dos trabalhos de Montesquieu que propõem a separação entre os poderes com o objetivo de evitar a tirania de eventuais governantes (LIMONGI, 2001; ALBUQUERQUE, 2001). Cada um dos três poderes passou a ter os limites de sua ação limitados por um sistema de pesos e contrapesos, previsto pela constituição e que permitiria também a formação de um sistema representativo moderno, mediado pela ação partidária (os partidos políticos modernos foram desde o início, as organizações com o monopólio da representação política nas democracias modernas e dada a importância dos sistemas partidários, a próxima sessão está inteiramente dedicada às definições, origens e análises a respeito de seu funcionamento).

A formação e consolidação dos partidos modernos como as únicas

organizações com o monopólio da representação política também constitui uma solução para umas das preocupações centrais de Madison, a existência de facções com interesses e ações conflitivas:

“Entendo por facção, um grupo de cidadãos, como maioria ou minoria do todo, que estão unidos e mobilizados por algum impulso comum de paixão ou de interesse, que vai contra os direitos de outros cidadãos ou dos interesses permanentes e agregados da comunidade”. (HAMILTON, JAY, MADISON, 2001; p. 43)

A tese de Maurice Duverger (1957) afirma que um sistema político inteiramente novo e constituído por uma sociedade reconhecida como democrática em diversos âmbitos teria dado origem a partidos altamente profissionalizados, com uma hierarquia mais horizontal que os partidos europeus, herdeiros de ordens feudais e aristocráticas. Essa seria uma explicação para que apesar do pessimismo não apenas de Madison, mas também de Hamilton (2001, p. 37) sobre a existência de facções e partidos (que para os dois eram equivalentes), tenham sido estas organizações responsáveis pela consolidação do sistema representativo. Assim como os federalistas, o francês Alexis de Tocqueville temia que a democracia na América desse lugar à tirania da maioria e até a revolução de 1848 continuaria separando a democracia de liberalismo. A noção de democracia social surge com Tocqueville na sua obra “A democracia na América”, durante sua visita aos Estados Unidos em 1831. As percepções a respeito dessa viagem foram de uma sociedade altamente marcada por um “espírito igualitário” e uma maior igualdade de condições em relação a Europa (SARTORI, 1991; p. 129).

A produção teórica de Tocqueville é também extremamente simbólica neste marco teórico, abarcando estudos de caso contemporâneos aos processos históricos que foram cruciais para a ciência política moderna, sobre a transição entre o Antigo Regime e a Revolução Francesa (1815), a cultura democrática e igualitária nos Estados Unidos (1831) e a recente ocupação francesa na Argélia (1837). Enquanto no primeiro livro há uma análise mais conservadora a respeito da revolução, apresentando dados das eleições para câmaras regionais dos cinquenta anos anteriores à 1789 em que teria ocorrido um gradual aumento da participação de setores burgueses na composição das lideranças locais em relação a nobreza; no segundo livro Tocqueville descreve como os grupos e associações voluntárias faziam parte do cotidiano dos americanos nos mais diversos âmbitos da sociedade e como isso se refletia no sistema político que ao contrário do europeu, não lutava para superar as heranças do feudalismo e das disputas entre facções da aristocracia (SARTORI, 1991; DUVERGER, 1957). Embora Tocqueville compare a ocupação francesa na Argélia ao que seria uma hipotética ocupação chinesa na França (1837, p. 1), também

descreve a ineficiência das forças francesas em ocupar de fato o território que desconhecia após quase uma década, assim como desconhecia seus idiomas e suas dinâmicas sociais e políticas. Como será descrito no segundo capítulo deste trabalho, a colonização francesa de fato teve início apenas na segunda metade do século XIX, já que a principal motivação para seu início foi gerar uma solução para a crise política interna, como uma demonstração de força e de vitalidade do projeto de nação francês, profundamente abalado pelas sucessivas rupturas desde 1789 e mais recentemente pelo governo de Luís Bonaparte (PITTS, 1999; p. 3).

Em comparação aos autores anteriores, como Rousseau e Montesquieu, Tocqueville e John Stuart Mill inovam ao conciliar o conceito de liberdade ao conceito de democracia, ainda que em sentido estrito. Democracia representativa, se compararmos novamente Mill a Montesquieu, podemos notar que enquanto Montesquieu faz uma defesa das liberdades individuais, Mill concilia essa defesa das liberdades individuais à defesa da democracia representativa e do auto-governo, por meio de associações secundárias. Este conceito é importante porque foi o primeiro a associar a participação nas organizações da sociedade civil ao associativismo e a democracia (MACPHERSON, 1978). Mill, assim como Tocqueville, defende que essa democracia pode contribuir também para a formação intelectual dos indivíduos, tornando necessária, a existência de um governo participativo, com aberturas para a tomada de decisões pelos cidadãos. Outra comparação possível, poderia ser entre a tradição filosófica na qual esses autores estão inseridos. Enquanto os autores anteriores, principalmente os autores contratualistas, como Rousseau estavam ligados ao jusnaturalismo, Mill teve uma forte influência da tradição utilitarista de seu pai, James Mill, e Jeremy Bentham.

A democracia de massas passou a desenvolver-se então de forma contínua, passando por três importantes “metamorfoses” (MANIN, 1992) quanto ao perfil dos representantes. A época dos federalistas entre o final do século XVIII e início do século XIX seria a fase da democracia parlamentar, com sufrágio restrito as elites políticas e econômicas e governos de “notáveis”, na sua maioria nobres e grandes proprietários. No início do século XX, a promulgação do sufrágio universal e o surgimento dos partidos de massa, levou a uma transformação na relação de representação entre políticos profissionais e o eleitorado, configurando uma nova etapa do regime representativo, definida como a democracia de massas. A operacionalização do sistema político a partir dessa nova fase levou a mudanças fundamentais. As interações pessoais entre os políticos passaram a ser mediadas pelos partidos, que por sua vez, passaram a se caracterizar como canais de identificação por ideologia. Dedicamos neste marco teórico toda uma sessão aos partidos políticos, dada a centralidade do tema para este trabalho.

Como citado anteriormente, a democracia de massas manteve-se funcional e estável até meados dos anos 1970, atingindo quadro de crise do modelo representativo (MANIN, 1992). Boaventura de Souza Santos (2002) defende que os regimes de democracia diretas presentes no Leste Europeu até o final da década de 1980 e início dos anos 1990, foram durante muito tempo uma alternativa ao modelo hegemônico norte-americano, de origem liberal e baseada na autoridade e na dominação. Ainda que não tenham cumprido seu objetivo de se estruturarem e se consolidarem como democracias diretas, esses regimes conseguiram trazer de volta as discussões sobre participação política. Numa das principais análises do fenômeno, Carole Pateman (1992, p. 9) centra sua análise no debate sobre qual seria o lugar da participação numa teoria democrática moderna e viável. O próprio debate sobre participação soaria irônico tendo em conta que nas teorias da democracia mais aceitas, a participação ocupa um papel menor e em muitos casos a ampla participação popular é apontada como um perigo a própria estabilidade do sistema político.

A preocupação com a estabilidade do sistema e o retorno do totalitarismo levou ao elitismo democrático, no qual Mosca e Michels foram dois dos teóricos mais influentes. Para Mosca, a massa em si não teria sentido analítico “E, assim, suportam sem reação durante décadas, senão séculos, mesmo as situações politicamente mais retrogradadas, as que mais contrariam a evolução jurídica e moral do conjunto da população” (MOSCA, 1896; p. 267). Para este autor italiano, anterior a Michels e mais ligado à filosofia política, há uma falta da consciência da classe dominada quanto ao seu poder efetivo, sua importância política e econômica ou mesmo de estarem sendo prejudicadas e mantidas dentro de limites que impedem o seu normal desenvolvimento, uma consequência do processo de desenvolvimento da burguesia como fator de condicionamento da consciência da classe proletária quanto ao seu papel e sua vitalidade, devido a necessidade da burguesia em apelar ao proletariado a partir da luta constante que começa a travar contra a aristocracia, assim como posteriormente, setores da própria burguesia com interesses contrários ao desenvolvimento da indústria. A partir desse contato, a burguesia transfere parte de seus “próprios fatores de formação política, ou seja, as armas contra si própria” (MOSCA, 1896; p. 269). Assim como setores da própria burguesia que se separam do seu corpo, passam a atizar o proletariado contra as relações sociais existentes. Tratando-se, segundo Michels, de “Indivíduos acima da média da classe a que pertencem” (1914, p. 269)

Com a Segunda Guerra Mundial e os regimes totalitários na Europa, houveram esforços para formular um conceito minimalista da democracia, cujo principal expoente foi Joseph Schumpeter. O ponto central de Schumpeter é a democracia como método político, um determinado tipo de arranjo institucional para seleção de elites políticas

(SCHUMPETER, 1943; p. 269). Como economista, Schumpeter comparava a competição entre elites pelos votos às operações de mercado, onde os consumidores (eleitores) optam entre os produtos disponibilizados (programas de partidos e agendas de governos) de acordo com seus interesses específicos. Ao mesmo tempo que se opõe de forma explícita à ideia de bem comum ou vontade geral, defende que a competitividade entre as elites seria favorável à democracia, que nesta abordagem teórica interpreta a participação massiva como uma ameaça à estabilidade. A noção schumpeteriana de “teoria clássica”, sua caracterização do método democrático e o papel da participação nesse método tornaram-se quase que universalmente aceitos (PATEMAN, 1992; p. 14). Essa universalidade legitima também o processo de imposição das agendas de governo ao final de cada eleição, já que cria “perdedores” e “vencedores” que aceitam as decisões sobre as quais discordam por fazer parte do processo de seleção. (PRZEWORSKI, 1999; p. 15)

2.2 Sistemas de Partidos

Dois preconceitos são comuns na maior parte das análises dos partidos políticos, de acordo com Angelo Panebianco (2005). O primeiro deles seria o preconceito sociológico, que considera a atividade do partido como produto das “demandas dos grupos sociais por ele representados e, mais em geral, que os próprios partidos nada mais são do que a manifestação das divisões sociais em âmbito político” (PANEBIANCO, 2005; p. 4). Esta visão teria como consequência a interpretação dos conflitos internos dos partidos exclusivamente como conflitos entre representantes de interesses sociais diferentes; e também a atribuição de eventuais desvios a composição do eleitorado e a composição dos filiados, dos militantes e dos representantes eleitos do partido a causa de “distorções” na representação dos interesses sociais. Este preconceito resultaria numa depreciação sistemática da capacidade dos partidos, como organizações, de plasmar os próprios partidários pelo menos tanto quanto, como representantes, não são plasmados por ele. O autor afirma, no entanto, que as relações entre os partidos e o sistema de desigualdades são mais complexas do que a correspondência mecânica entre representantes e representados. O partido produziria desigualdades organizativas em seu próprio interior, resultado do funcionamento autônomo do mesmo em relação a sociedade.

O segundo dos preconceitos comuns nas análises de partidos seria o que Panebianco (2005) chama de preconceito teleológico. Igualmente difundido, mas mais insidioso que o primeiro, “consiste em atribuir a priori alguns ‘objetivos’ aos partidos;

objetivos esses que, segundo o observador, representam a razão de ser do partido em exame, dos partidos em geral ou de uma outra ‘família ideológica’ de partidos” (PANEBIANCO, 2005; p. 6). Na origem dessa interpretação estaria a ideia de que os partidos são organizações constituídas para atingir objetivos específicos e voltadas unicamente para sua realização, sendo também estes facilmente individualizáveis pelo pesquisador. Desse raciocínio derivam definições a respeito dos partidos que, assim como as definições em termos de representação predeterminam o andamento e os resultados da análise em duas direções, na primeira as definições são elaboradas em relação à ideologia e na segunda são elaboradas definições minimalistas que seriam aplicáveis a qualquer partido político. Panebianco chama atenção para ausência de trabalho científico real que fundamente tais preconceitos, com exceção da segunda versão do preconceito teleológico onde ocorre uma inversão: “enquanto na primeira, a vitória eleitoral é um meio de realização dos objetivos ideológicos, neste, a ideologia é um meio para a obtenção da vitória eleitoral” (PANEBIANCO, 2005; p. 9).

Para definir precisamente o que são partidos, temos a formulação clássica de Weber:

“Relações associativas baseadas em recrutamento (formalmente) livre com o fim de proporcionar poder à seus dirigentes dentro de uma associação e, por meio disso, aos seus membros ativos, oportunidades (ideais ou materiais)” (WEBER, 2000, p. 188).

Como havíamos demonstrado na sessão anterior, a existência e atuação de partidos políticos foi uma fonte de preocupação para os “pais fundadores” dos EUA, debruçados sobre toda a tradição das facções nos parlamentos europeus onde, de fato, constituíram elementos de instabilidade. Para Sartori (2001, p. 30) é possível notar essa diferenciação até mesmo na origem etimológica dos dois termos: enquanto a palavra facção deriva do termo latino *facere* (fazer, atuar), o termo partido viria do termo *partire* (parte), indicando que enquanto o primeiro estava mais ligado a disputa em si, o segundo foi concebido como um termo objetivo de uma entidade ou grupo concreto, parte de um conjunto maior. Possíveis apenas dentro de uma associação onde pretendem influenciar ou ocupar (ao menos conceitualmente). Podendo formar também cartéis de partidos, se estendendo à várias outras associações e utilizando todos os meios possíveis para chegar ao poder, de forma legal por eleições livres e formais.

Weber (2000) define como “interessados políticos” aqueles interessados na ideologia ou no poder enquanto tal: a) líderes dos quadros do partido; b) membros ativos do partido, na maioria das vezes como aclamantes, em certas circunstâncias como instâncias de controle e de discussão; c) as massas não ativamente associadas (eleitores

e votantes), objetos de solicitação em tempos de eleição ou votação, “simpatizantes”; d) os mecenas do partido, ocultos em regra, “mas nem sempre” (WEBER, 2000, p. 189). Sendo determinante o programa desenvolvido pela burocracia do partido de acordo com seus financiadores, na maior parte dos casos, uma combinação entre mecenas com interesses econômicos ou na patronagem de cargos.

Quanto às formas que os partidos podem assumir, são apontados quatro tipos ideais: a) carismático, quando os partidos são genuinamente “seitas carismáticas”, numa luta de crenças sem uma solução definitiva possível (forma: cisma); b) tradicionalistas (forma: obstrução ou revolta contra “inovações); c) doutrinários (forma: heresia, que também pode aparecer em partidos racionais; socialismo); d) Partidos de mera apropriação, dissensões na maioria das vezes idênticas ao tipo b. O núcleo dirigente seria o único elemento presente em todos os casos, onde estaria a direção ativa do partido, seguida pelos partidários mais passivos, “puros objetos” (WEBER, 2000; p. 190). Embora via de regra todos os partidos sejam uma mescla dos dois, são definidos os tipos ideais de princípios básicos, no primeiro como representantes de ideologias pretendendo a realização de ideais de conteúdo político e no segundo como organizações para patronagem de cargos (WEBER, 2000, p. 1055).

Maurice Duverger (1957) elaborou o que denomina “teoria geral dos partidos políticos”, numa espécie de sociologia das instituições políticas. Indo do surgimento dos partidos políticos modernos no século XIX à década de 1950 quando na análise do autor, haviam se consagrado como organizações altamente burocratizadas e dominantes. São apontadas duas “células-máter”, os grupos parlamentares e os comitês eleitorais, cuja coordenação permanente e os vínculos regulares levaram aos verdadeiros partidos. Enquanto os grupos parlamentares estavam mais ligados a defesa de interesses, os comitês eleitorais foram uma consequência da extensão do sufrágio popular e da necessidade de enquadrar novos eleitores. A criação desses comitês favoreceu principalmente os novos partidos de esquerda, motivados pelo desenvolvimento de sentimentos igualitários e a vontade de eliminar elites sociais tradicionais (DUVERGER, 1957; p. 53).

Outro fator muito importante foi a origem externa de vários partidos, em instituições pré-existentes, cuja própria atividade fim se situava fora das eleições e do parlamento, impactando na estrutura dos partidos. Os sindicatos são os casos mais conhecidos, originando diversos partidos socialistas com os quais mantiveram ligações estreitas por um longo tempo. Também foram frequentes casos de sociedades de pensamento, igrejas e sindicatos patronais. De acordo com Duverger (1957), qualquer que seja a origem, os partidos de criação externa tendem a ser mais centralizados do que

partidos criados no ciclo eleitoral e parlamentar. Enquanto os primeiros nascem a partir da cúpula, os segundos partem da base, o que afeta o estabelecimento dos comitês e sessões locais de um centro preexistente ou, ao contrário, comitês pré-existentes que criam um organismo central (1957, p. 31). Temos então partidos de origem externa mais coesos e disciplinados e partidos de origem interna mais descentralizados e com setores locais mais autônomos.

A centralização do poder, o alto grau de coesão e disciplina partidária, aliadas a maior capilaridade entre os setores populares incorporados com a expansão do sufrágio fez dos partidos com origem externa os majoritários no início do século XX, principalmente nos novos países (DUVERGER, 1957; p. 31). A partir desse ponto, a análise de Duverger centra-se no desenvolvimento dos sistemas partidários na Europa e nos Estados Unidos e nas particularidades dos partidos majoritários em cada país. Para os fins deste trabalho, iremos utilizar as definições e análises dos impactos das origens para as estruturas partidárias, centrando nos casos predominantes para toda a região do Norte da África e Oriente Médio, os regimes de partido único ou sem partidos.

No estudo de Adam Przeworski, Michael Alvarez, José Antônio Cheibub e Fernando Limongi (2000), foram definidas três formas de governo, onde duas são próprias de regimes autoritários. A definição de democracia usada para construir o banco de dados foi a existência de eleições para chefia do executivo e para diferenciar entre as formas predominantes de ditaduras, a existência de legislatura nas burocracias ou inexistência dela nas autocracias. Como os dados são por cada ano em cada país, cruzamos a variável descrita acima com a dos partidos e de um total de 4126 anos-regime nos 135 países listados entre 1950 à 1990, a distribuição foi a apresentada na tabela 1. É importante destacar a inexistência de democracias sem competição entre partidos. Fica notável também a preponderância das burocracias entre os regimes autoritários e dos partidos únicos entre elas. Se observarmos os dados da região, vemos que essa foi uma trajetória comum e inversa as democracias sobre as quais foram formuladas as teorias democráticas descritas na sessão anterior:

Tabela 1. Regimes políticos e sistemas de partidos. ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando e PRZEWORSKI, Adam. “Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990”. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

	Multi-partido	Partido único	Sem partido	%
Autocracia	147	188	334	16,21%
Burocracia	551	1170	91	43,92%
Democracia	1645	0	0	39,87%
%	56,78%	32,91%	10,30%	

	Multi-partido	Partido único	Sem partido	%	Multi-partido	Partido único	Sem partido	%
Autocracia	0	26	4	3,17%	22	45	28	25,96%
Burocracia	2	23	3	2,96%	41	135	31	56,56%
Democracia	887	0	0	93,86%	64	0	0	17,49%
%	94,07%	5,19%	0,74%		34,70%	49,18%	16,12%	

Tabela 2. Regimes políticos e sistemas de partidos nos países industrializados e no Oriente Médio/Norte da África. ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando e PRZEWORSKI, Adam. “Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990”. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

Comparados aos dados globais, vemos dois extremos entre um percentual maior do que o dobro da média mundial de democracias nos países industrializados, e exatamente a metade da média mundial na região do Norte da África e Oriente Médio, equivalente ao percentual de autocracias na média global. Cabe destacar que entre os países industrializados apenas três países passaram por governos não democráticos: Espanha, Grécia e Portugal. No segundo grupo, apenas Israel e Turquia tiveram governos democráticos durante os quarenta anos analisados, enquanto nos outros países houve uma distribuição mais equitativa entre as seis variações propostas para ditaduras. Nos gráficos 1 e 2, decompomos esses dados por ano e por regime, e por ano, regime e sistema de partidos. Não houve aumento no número de democracias, mas há uma tendência de aumento das burocracias, principalmente com partidos únicos e em menor medida nas de multi-partidos.

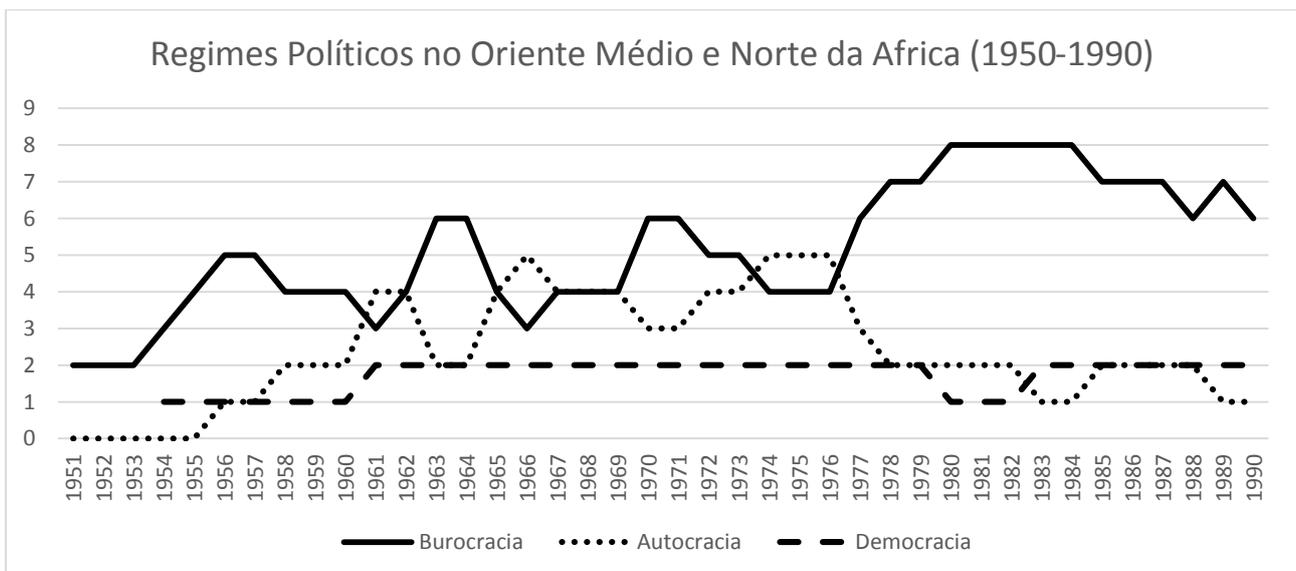


Gráfico 1. Regimes Políticos no Oriente Médio e Norte da África (1950-1990). ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando e PRZEWORSKI, Adam. “Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990”. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

Enquanto os autores mais próximos ao *mainstream* da ciência política associam esse quadro político-partidário as sociedades tradicionais, em vias de modernização (SARTORI, 2001; p. 71), os dados descritos e também aqueles referentes a distribuição entre governos civis e militares (tabelas 3 e 4), corroboram a tese de que as ditaduras nesses países também foram ditaduras modernas, assumindo formas mais adequadas a cada caso concreto e variando ao longo do tempo (BROOKER, 1995).

Para analisar os dados decompostos por organização partidária, cabe ressaltar a diferenciação entre Estados sem partido e Estados de partido único. Os Estados sem partido indicam um grau extremamente reduzido de estrutura governamental e institucionalização política, tanto que sua maior incidência se deu em autocracias, ao contrário dos Estados de partido único, mais burocratizados, onde a pluralidade de partidos foi sobreposta pela busca de unidade numa ideologia totalitária e monista (SARTORI, 2001; p. 75). Dessa forma, temos três períodos bem marcados de acordo com os tipos de regimes político-partidários, indo do número elevado de autocracias multipartidárias para autocracias de partido único, alguns retrocessos à autocracias sem partido, até a sua quase eliminação nos anos finais da série.

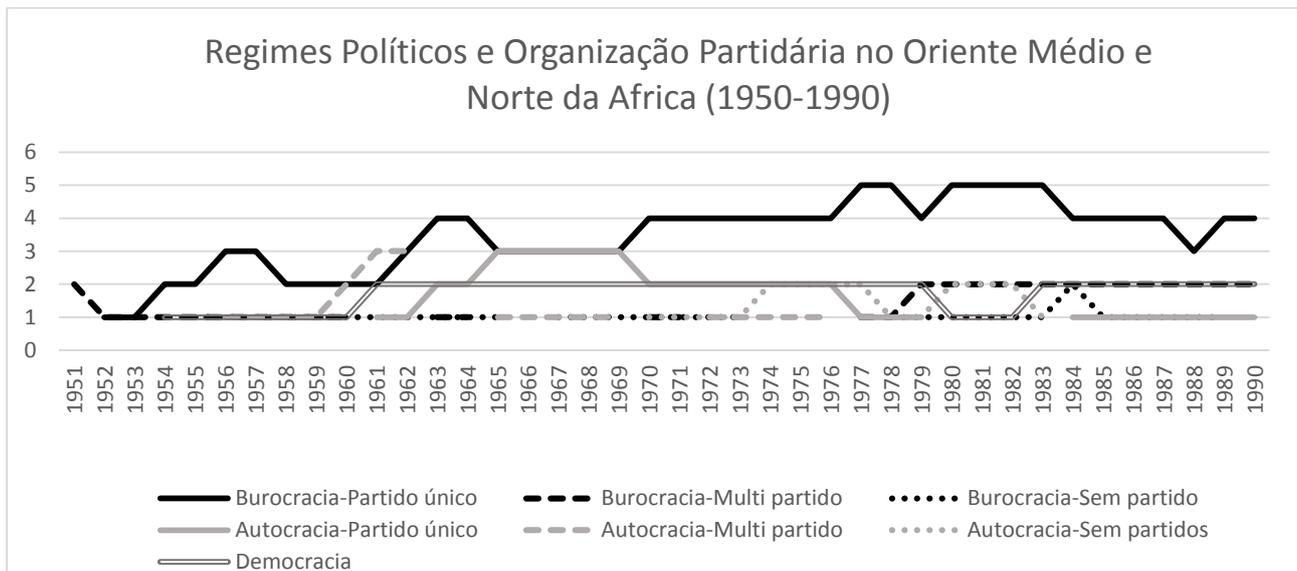


Gráfico 2. Regimes Políticos e Organização Partidária no Oriente Médio e Norte da África (1950-1990). ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando e PRZEWORSKI, Adam. “Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990”. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

Na Argélia, todo período abordado foi classificado como autoritário, sob a hegemonia da FLN como partido único. Mas, cada governo foi classificado de forma distinta dentro do espectro de regimes políticos. Ahmed Ben Bella (1962-65), de origem civil, foi o chefe do executivo do primeiro governo pós-independência, que contava também com uma Assembleia Nacional eleita após a Constituinte. Após um golpe de estado interno, o

legislativo foi encerrado, dando lugar a uma autocracia liderada pelo comandante do exército nacional, Houari Boumediene (1965-77), após a sua morte em 1977, o Parlamento foi reinstituído e o executivo foi assumido por um gabinete externamente civil, mas liderado de fato pelos militares. Este período será mais detalhado no próximo capítulo, mas desde já podemos afirmar que a instabilidade que marcou o governo de Ahmed Ben Bella permitiu que o golpe de estado que aprofundou o regime autoritário do país, contasse com o apoio de vários setores da sociedade.

No trabalho de Paul Brooker “Twentieth-Century Dictatorships: The Ideological One-Party States” (1995), foram definidos duas categorias de regimes unipartidários, os Estados-partido e os Estados-partido militares. Utilizados então a variável de classificação das relações civis-militares (ALVAREZ, CHEIBUB, LIMONGI, PRZEWORSKI; 2000) para quantificar a ocorrência dos casos propostos por sistema partidário, comparando novamente a incidência na região do Oriente Médio e Norte da África, os países industrializados e a média mundial à Argélia. Novamente os resultados das duas regiões apontaram para duas direções opostas em relação à média mundial, mas são um pouco mais próximos do que os descritos anteriormente quando comparamos regimes políticos e sistemas de

partidos. Nos países industrializados apenas a Grécia teve um governo classificado como não civil, com duração de sete anos, representando 0,74% do total. No Oriente Médio e Norte da África o percentual de governos não-civis foi de 30,6%, quase o dobro do percentual da média mundial. Mas apenas quatro países apresentaram governos unipartidários e efetivamente militares, Argélia, Egito, Iraque e Síria.

Oriente Médio/Norte da África				
	Partido único	Multi-partido	Sem partidos	%
Não-militar	97	119	38	69,40%
Ext. Civil - Efe. Militar	53	4	17	20,22%
Militar Efetivo	18	4	4	7,10%
Outros	12	0	0	3,28%

Tabela 3. Relação Civil-Militar nos Governos do Oriente Médio/Norte da África, países industrializados e a média mundial. ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando e PRZEWORSKI, Adam. “Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990”. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

Mundo					Países Industrializados			
	Partido único	Multi-partido	Sem partidos	%	Partido único	Multi-partido	Sem partidos	%
Não-militar	1119	2156	116	82,19%	49	889	0	99,26%
Ext. Civil - Efe. Militar	191	133	198	12,65%	0	0	7	0,74%
Militar Efetivo	36	54	111	4,87%	0	0	0	0,00%
Outros	12	0	0	0,29%	0	0	0	0,00%

Dentre os estudos de caso no texto de Paul Brooker, o Egito sob o comando de Nasser é o único país da região em meio aos quatorze regimes selecionados. A Turquia é dedicada o último capítulo, como exemplo de transição entre Estado-partido, Estado-partido militar e democracia. Mas a análise do caso turco tem como ponto de início sua independência em 1908 e, como citado anteriormente, trata-se de uma exceção, mesmo porque está ligada à queda do império Otomano, cuja ação nos séculos anteriores alterou profundamente todo o quadro político da região e portanto aparece de forma transversal em várias sessões desse trabalho. No caso do Egito, temos os elementos base indicados pelo autor, uma forte ideologia ligada ao movimento pan-arabista, personificada na figura de Nasser e incorporada como política de Estado desde a independência dos ingleses em 1953. Como no caso argelino, Nasser, comandante militar, assumiu o governo após o curto governo de transição de Neguib. Em 1961, houve um aprofundamento do projeto de nação árabe proposto por Nasser, com a criação do Ministério do planejamento e a edição de um plano estratégico de dez anos, orientando investimentos e assumindo virtualmente o controle de todos os setores da economia (BROOKER, 1995, p. 150).

2.3. Nacionalismo e Estado Nacional

Nesta sessão vamos seguir o mesmo roteiro da sessão anterior, introduzindo os conceitos utilizados de acordo com o período e o contexto para depois focarmos na sua aplicação ao caso argelino. Iniciando pela diferença entre os conceitos de nação e Estado. Gellner (1993), procura associar o fenômeno nacionalista ao princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem ser congruentes. Hobsbawm (1990), ao contrário de Gellner, considera o nacionalismo como uma ideologia, além disso, as nações seriam fenômenos construídos de cima para baixo. Assinala, ainda, que a entidade nação é de origem recente e que a mesma se baseia não no efeito da cultura sobre a estrutura social, mas na história das ideias. Surgiu durante o período das revoluções francesa e americana, quando, pela primeira vez, se define politicamente a adequação do povo ao estado e se consagram os conceitos de cidadania e de participação de massas.

O nacionalismo é uma ideologia, um princípio que considera que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes. A nação pertenceria a um período recente da História e seria obra da invenção social por parte do nacionalismo. As nações são fenômenos construídos por cima. Tudo se encaminha para a aceitação de que o

nacionalismo teria extraído a sua força das transformações políticas e econômicas registradas em França (século XVIII), EUA (século XVIII) e Inglaterra (século XVI), precisamente quando o Terceiro Estado, a terceira ordem, conseguiu ter preponderância e conseguiu aperceber-se do seu efetivo poder.

Se utilizarmos a definição de Estado como o monopólio da violência física em um determinado território, e também considerarmos todos os aparatos utilizados para legitimação do mesmo, consideramos que não é possível encontrar em outros momentos da história, sociedades baseadas nessa mesma forma de organização política. Como exemplo dessa contemporaneidade do Estado ao surgimento do conceito entre os séculos XV e XVI durante a formação dos Estados Modernos da Europa Ocidental, temos sociedades que rejeitam qualquer forma de organização política ou sistema político baseados no monopólio do poder. Mas se considerarmos outras definições, até mesmo o Império Inca, as Cidades-estados gregas podem ser incluídas no conceito de Estado. Mas também qualquer forma de organização política, como um feudo, poderia ser considerada um Estado, se desconsiderarmos o Estado como monopólio da violência física (WEBER, 1997).

Em Argel, Túnis e Trípoli no período pré-colonização, o Makhzen se caracterizava por um aparelho político-militar, marginal em relação ao corpo da sociedade que dominava. Os mais altos cargos eram frequentemente confiados aos mamlūk, antigos escravos de origem cristã, convertidos e convenientemente domados para os serviços da corte ou do exército. O pilar dos regimes era constituído por corpos militares estrangeiros, as milícias de janízaros turcos. O essencial dos meios de dominação da sociedade muçulmana era buscado fora do país ou do corpo social: as moedas fortes (piastras espanholas, em particular), atraídas pelo comércio marítimo ou pela guerra de corso; as armas “modernas” e seus especialistas para o exército; o papel para escrever e os números (manejados pelos contadores judeus) para a “administração”. Tais meios, por mais rudimentares que pudessem parecer em comparação com seus equivalentes na Europa, gozavam de grande eficácia em sociedades nas quais eram pouco familiares. O Makhzen colocava-se em uma posição intermediária, entre a “modernidade” europeia ou turca e o “tradicionalismo” das sociedades internas, o que lhe permitia dominar estas últimas e explorá-las em seu benefício. (CHÉRIF, 2010; p. 518).

Para Marx, o Estado representa um instrumento de dominação de uma classe por outra, no caso a classe dominante, a partir de sua visão do mundo de base econômica, centrado nos modos de produção. O poder político e o Estado são o que mantem a opressão de classes, então com o desaparecimento das classes, a política e o Estado perderiam seu espaço (MARX, 1851). No estado absolutista a burguesia já tinha

um papel importante e com o que Marx chama de Estado Representativo Moderno, ela ocupa um papel central, pode-se dizer que o Estado é um instrumento nas mãos da burguesia para a dominação de classe. Mesmo o Estado bonapartista continua sendo um Estado burguês, quando Luís Bonaparte conta com o suporte tanto da burguesia industrial, quando do sub-proletariado, principalmente camponeses, que aderiram as forças conservadoras do país após o enfraquecimento dos grupos de proletários organizados (MARX, 1997). A partir do conceito marxiano, Gramsci foi responsável por criar uma noção de Estado Ampliado. Constituído pela sociedade política e os aparelhos do Estado e as organizações da sociedade civil. Enquanto para Marx, o Estado representa apenas coerção, Gramsci, adiciona o consenso da sociedade civil a esse domínio. As questões de ideologia e hegemonia, que já aparecessem em Marx, são fundamentais na obra de Gramsci, porque a sociedade civil seria a única portadora material possível desses elementos, entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido estrito (COUTINHO, 1999; p. 121). E entender esses dois elementos seria fundamental porque a hegemonia é a base da ideia de consenso.

Construir um novo consenso e conseguir a tomada do poder, na concepção de Gramsci seria o último passo de um longo processo de construção de um projeto contra-hegemônico alternativo pelas classes subalternas. A grande inovação de Gramsci à teoria marxista teria sido a inclusão nessas disputas de hegemonia dos “aparelhos privados de hegemonia”, formados pelos sindicatos, igrejas, partidos políticos responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, numa época em que a sociedade capitalista havia evoluído para um estágio não previsto por Marx, configurando uma sociedade de massas e complexa, ao mesmo tempo com a ampliação da participação de outros setores dentro do Estado. Estes aparelhos estariam incluídos no conceito de sociedade civil gramsciano, que poderia finalmente ser definido como Sociedade política mais Sociedade Civil (COUTINHO, 1999).

O sociólogo norte-americano Michael Mann (2000) define dois significados para o poder do Estado sobre a sociedade, o primeiro seria o poder despótico e o segundo, o poder infra-estrutural, referente aos Estados que implementam efetivamente decisões através de sua sociedade. Ele atribui aos Estados Latino-Americanos uma ineficiência ou incapacidade em penetrar universalmente por toda a sociedade civil para extração de recursos e fornecimento de serviços para todos os indivíduos. Eles estariam em algum lugar entre os Estados dos países centrais (com considerável poder infra-estrutural) e os Estados de regiões como a África Subsaariana que dispõem de insignificante poder infra-estrutural.

Embora a Argélia, assim como toda a região do Magreb não tenham passado pelos mesmos processos históricos que a América Latina, possuíam no período

analisado diversos indicadores, conjunturas e quadros políticos equivalentes ainda que as independências na América latina tenham ocorrido um século antes. Lograda a independência num mundo em plena Guerra Fria e com o imenso desafio da construção de todo o aparato Estatal necessário ao funcionamento destes novos territórios independentes, a principal questão interna foi a grande multiplicidade de etnias, tribos e micro regionalismos interpretadas como ameaças sérias e permanentes à unidade nacional, em fronteiras herdadas do antigo regime colonial. Dessa forma, as elites regionais justificaram a adoção de regimes de partido único como instrumentos adequados na integração nacional, na medida em foram utilizados para criação e disseminação de um sentimento nacional (BADI; 1992, p. 8). Pode-se afirmar que as mesmas elites que anteriormente apoiavam a gradual assimilação pela França, passaram a travar disputas internas pelo poder infra-estrutural nestes novos Estados (DIALLO, 2015). Onde por decorrência das estruturas herdadas do regime colonial e da unidade nacional fornecida pelos partidos únicos que lideraram as lutas por independência, tiveram início novas e robustas formas de desenvolvimento econômico e de acumulação sem contestações por parte dos setores populares e sem o controle direto das antigas metrópoles.

2.3.1. Movimentos Sociais

Essa forma de organização social seria contemporânea ao surgimento do Estado Moderno, como uma das formas de canalização das demandas dos grupos minoritários e o posterior surgimento de estruturas de oportunidades políticas para incorporação das demandas desses grupos ao Estado. É evidente que se analisarmos o desenvolvimento político inglês (o caso clássico para essa forma de análise) ou mesmo de outros países centrais, poderemos comprovar como a ação coletiva por meio desses movimentos foi crucial para a incorporação das demandas e mesmo das camadas da população sem acesso a condição de cidadão pleno desses Estados, contribuindo para a constante integração e mobilização dessas sociedades.

Embora o conceito de movimento social seja algo muito difícil de ser definido devido à grande variedade de formas que assumiu nos últimos dois séculos, existem vários traços comuns nas definições mais clássicas que de um modo geral levam a definição do movimento social como uma forma de conflito/confronto político organizado em torno de demandas específicas de um determinado grupo ou agrupação de indivíduos contra o grupo ou a ordem vigente. Estas demandas estão organizadas por meio de um repertório comum e conhecido, mas que é expandido pela ação coletiva ao criar inovações

marginais (TARROW, 1994). Para Touraine, o movimento social estaria mais próximo de uma forma específica de “conduta coletiva organizada de um ator lutando contra seu adversário pela direção social da historicidade em uma coletividade concreta.” (2006, p. 255), ou seja, os movimentos sociais diferenciam-se de outras formas de associação política por sua atuação coesa no confronto político.

O confronto político sempre existiu, a inovação trazida pelos movimentos sociais não estaria na sua natureza conflitiva, mas pelo contrário, na sua capacidade de organização e criação de laços de solidariedade por meio de estruturas baseadas em identidades coletivas e compartilhadas por todos os membros de um movimento em torno de um propósito comum (TARROW, 1994). Esses laços seriam responsáveis por sustentar o movimento social de forma mais duradoura e consolidada em relação a outras formas de mobilização. Os movimentos nacionalistas enquanto movimentos sociais lograram sucesso ao atingir seu objetivo primário, a independência, mas após mobilizar toda sociedade em prol dessa causa e atingí-la, não foram criados canais de expressão entre a base e a cúpula de tais movimentos, centralizando o poder no Estado após um período de alta instabilidade política e social. O teórico da vertente realista das teorias de relações internacionais, Raymond Aron, demonstra em seu clássico “Guerra e Paz” (1960), como a Frente de Liberação Nacional pode obter tamanha eficácia em seu desenvolvimento institucional mesmo diante de uma guerra extrema com a antiga metrópole:

“Os direitos dos Estados entram em vigor no mesmo dia em que as novas unidades políticas são reconhecidas. Os rebeldes não-organizados não têm qualquer proteção legal; a autoridade legítima os trata como criminosos - e precisa tratá-los assim na medida em que deseja manter-se. Se os rebeldes se organizam e passam a exercer autoridade sobre uma parte do território, adquirem certos direitos de beligerância; a situação se transforma em guerra civil e, na prática, tende a desaparecer a distinção entre a "autoridade legítima" e os "rebeldes". Surgem em cena dois governos rivais, e o resultado do conflito decidirá a legalidade ou ilegalidade dos beligerantes. O direito internacional só pode regular interinamente o que a sorte das armas e a arbitragem das forças vai decidir em caráter definitivo. Ao fim de alguns anos, a F.L.N. da Argélia passou de um bando de "rebeldes" a um "governo no exílio"; dentro de alguns anos, a Frente atuará livremente no interior das fronteiras de uma Argélia independente, em nome da soberania nacional.” (ARON, 1962: p. 170)

3 REVISÃO HISTÓRICA SOBRE OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ARGELINOS

3.1 Resistências e Movimentos Nacionalistas Anteriores a 1954

Em 1815, as guerras napoleônicas chegavam ao fim e até 1850-1860, as exigências do mercado seriam as mais imperativas, pois a produção crescia no ritmo da industrialização na Europa, os preços baixavam através do mesmo movimento e os termos de troca se deterioravam. A concorrência aumentou e a política europeia de expansão além-mar tornou-se mais agressiva, utilizando a guerra do corso para intervir e iniciar a conquista de Argel (CHÉRIF, 2010; p. 525).

“Coube a Argélia ser a primeira região ocupada pelos franceses no séc. XIX, com um custo humano considerável, embora compensador do ponto de vista econômico.” (YAZBEK; 2010, p. 22)

A França teve um desempenho bastante expressivo e relativamente rápido após vencer as resistências no interior do país, motivada pelo advento da segunda revolução industrial, que permitiu a construção de uma infraestrutura básica, voltada para exploração e extração dos recursos, principalmente com estradas de ferro e uma indústria voltada para as etapas iniciais de transformação da matéria-prima. Samir Amin (1970, p. 90) ressalta que apesar das diferenças entre os status legais dos departamentos franceses da Argélia e dos protetorados da Tunísia e do Marrocos, a colonização por povoamento foi uma característica comum a todos. Na segunda metade do séc. XIX, teria ocorrido um desenvolvimento dos negócios e das finanças, aumento das vias de comunicação e exportação de vinhos, lã e couro paralelo ao que ocorreria em toda região do Magreb (YAZBEK; 2010).

Em sua estrutura geográfica, clima e modo de vida, essa região é fortemente próxima ao Crescente Fértil e aos países da Grande Síria (os Estados da Síria, Líbano, Jordânia e Israel) com os quais os árabes eram bastante familiarizados. Assim como a Síria, são países essencialmente montanhosos, metade da Argélia e do Marrocos estão a altitudes superiores a 1000 metros e precipitações inadequadas e irregulares. Apenas um terço do país apresenta mais do que 400 milímetros, o mínimo requerido para produção de cereais e produtos de clima mediterrâneo. Até o início da conquista, a população estava composta por grandes minorias de fazendeiros nas montanhas que preservaram também suas próprias tradições: Berbers no Maghreb (também conhecidos como Terra dos Berberes, ou Barbary), semelhantes aos Maronites no Líbano, Alawi e Druzes. Todos esses povos acostumados as invasões nômades, também trouxeram a fé no Islã de forma progressiva e um processo de “arabização”, fundando dificuldades para

penetração. E acentuadas as diferenças entre essas duas extremidades do mundo árabe, ambas foram recentemente e de forma extensiva, colonizadas por produtores europeus: franceses no norte da África e israelenses nos países da Síria ocidental (AMIN, 1970: p. 91).

Em 1871, a terceira república francesa aprofundou sua política de povoamento com a migração assistida de cidadãos das províncias de Alsacia e Lorena. Tendo firmado também o regime civil e político de assimilação gradual da população originária à condição de “cidadão francês” (AMIN, 1970: p. 97). Entre 1892 e 1902, todas as instituições responsáveis pelo controle do território e gestão da vida política, econômica e social até 1947 já estavam consolidadas, garantindo uma ampla autonomia financeira e poder político ao governador. Como primeira colônia francesa na África, o país teria sido também uma espécie de laboratório para as políticas de colonização e de governo, aplicadas com modificações as outras colônias.

No começo da I Guerra Mundial já havia 750 mil europeus de origem francesa (200 mil em 1860), italiana e espanhola residentes no país. Radicada desde o início da colonização sistemática, e voltada para pequena indústria, comércio e exploração da terra. A população argelina estimada em 4,74 milhões teria “passado a orbitar em torno do poder colonial, detentor do controle da vida econômica e política do país” (YAZBEK; 2010, p. 24). A paulatina modernização das atividades acabaria empurrando grandes contingentes de trabalhadores em direção aos principais centros urbanos, aumentando e barateando a oferta de mão-de-obra e acompanhada de um acelerado crescimento demográfico.” (YAZBEK; 2010, p. 25) Havia uma aparente conciliação inicial entre os franceses e a elite muçulmana. “O desenvolvimento capitalista na Argélia em função de interesses estrangeiros proporcionava o surgimento de novas camadas sociais, diversificando a composição da sociedade argelina: profissionais liberais, pequenos comerciantes e pequenos e médios agricultores” (YAZBEK; 2010, p. 27). Esses setores contribuíam para a formação de grupos nacionalistas e independentistas, provenientes das três principais faixas étnicas e/ou religiosas: árabes, franco-argelinos e berberes.

Com o surgimento da mineração e a exploração da agricultura, teria ocorrido uma maior diversificação da sociedade argelina, assim como responsável pelo crescimento industrial e o desenvolvimento das malhas ferroviárias e rodoviárias. Nesse mesmo período, os europeus instalados no país, também possuíam representação no parlamento francês, o controle do governo argelino e o reconhecimento em Paris (YAZBEK; 2010, p.26), representando até $\frac{3}{4}$ da população de grandes cidades como Oran e Argel.

3.2 A Guerra (1954-1962)

No início da II Guerra Mundial, o Império Colonial Francês atingia um total de 15 milhões de km², com uma população de 100 milhões de habitantes, na Ásia, África, Oceania e América. Movimentando ¼ de todo comércio exterior francês (YAZBEK; 2010). Mas com o aumento da pressão que a metrópole passou a exercer no pós-guerra, diversos grupos nacionalistas e pan-arabistas passaram a atuar em todo o Magreb nesse período. Messali Hadj, filho de artesão e simpatizante da Revolução Russa, foi o principal articulador responsável pela criação da ENA (Estrela Norte-Africana [1926]), a União dos Muçulmanos Norte-Africanos (1935), o Partido do Povo Argelino (1937) e a partir da organização dos Amigos da Nação (1937) dando continuidade à ação da ENA e constituindo o núcleo original do PPA. Nesse momento é fundada a OS (Organização Especial), inicialmente defendendo os interesses dos trabalhadores africanos na França. Organizada em células, ela seria rapidamente convertida para a luta de libertação nacional, com sua ação sendo decisiva para o desencadeamento da luta armada. “A evolução tradicionalista do passado islâmico, seus princípios morais e seus conceitos políticos eram um forte apelo a essa consciência”. (YAZBEK; 2010, p. 31) No início, esse movimento de líderes religioso muçulmanos foi direcionado para o assimilacionismo, com organizações como a Federação dos Muçulmanos Eleitos (FME [1920]) e a Associação dos Ulemás Argelinos (1931). A principal demanda dessas entidades seria a constituição de uma república associada a metrópole, ou, entre os grupos mais otimistas, uma federação.

Com o abandono contínuo das tendências assimilacionistas ou federativas, o PPA passou a representar a luta pela emancipação, acompanhado por todo movimento nacional-religioso. Durante a II Guerra Mundial, enfraquecida pela ocupação alemã, a França começa a perder o controle de importantes possessões ultramarinas como a Síria e o Líbano. Estes, tornaram-se independentes na segunda metade dos anos 1940, assim como o Vietnã, “diante do nacionalismo favorecido pelas armas” (YAZBEK; 2010, p. 34) e as possessões na África negra a partir de 1958, com a independência da Guiné. De acordo com Raymond Aron (1962) a trajetória é semelhante à Tunísia e ao Marrocos:

“(...)em toda parte a estratégia francesa hesita na definição do inimigo, tendendo às vezes a incluir todos os nacionalistas, às vezes a limitá-los aos militantes da F.L.N., ou mesmo só aos "duros" da F.L.N. Também na Argélia a estratégia francesa encontra dificuldade em alcançar uma vitória militar que deveria ser total para ser incontestável, e que a natureza do conflito (a guerrilha), disperso pelo interior do país e alimentado por interesses externos, impede. Contudo, há um outro argumento que se opõe a todos esses argumentos clássicos: a

guerrilha também não pode vencer o exército regular. Se os governantes estiverem dispostos a gastar centenas de bilhões de francos por ano pelo tempo que for necessário; se o exército considerar normal a caça aos guerrilheiros; se a opinião pública da metrópole aceitar este conflito prolongado e os sacrifícios que lhe impõe, a impossibilidade da vitória parece bilateral, tão evidente para os rebeldes quanto para as forças legais. Os franceses que moram na Argélia são tão obstinados quanto os rebeldes e transmitiram este sentimento a uma parte dos franceses da metrópole. É pouco provável que esta obstinação altere o desenlace, mas não há dúvida de que modifica o ritmo dos acontecimentos.” (ARON, 1962: p. 86)

Esses movimentos se deram mesmo com as tentativas da França de integrar esses países à Comunidade Francesa, como era o caso argelino, pertencente a partir de 1946 à União Francesa e portanto a república. Uma consequência da participação argelina na guerra, ainda que de forma desigual. O então presidente e herói da resistência francesa em Vichy, Charles De Gaulle, após sua visita a Argel (1943), ampliou a concessão de direitos civis a 50 mil muçulmanos, liberou acesso a todos os cargos civil e militares, ampliou a participação nas assembleias locais e aboliu medidas de exceção. Em 1937, o voto era permitido apenas para 200 mil franceses e 20 mil muçulmanos (BENÓT, 2004).

Nesse processo, novas lideranças, com um projeto revolucionário de independência incondicional dariam lugar aos projetos conciliadores e assimilacionistas. Também durante a II Guerra Mundial, a promessa de que o apoio ao exército francês resultaria numa república federada que colocaria um fim ao regime colonial, atraiu até mesmo ultra-nacionalistas como Ahmed Ben Bella e Ferhat Abbas. No entanto, em maio de 1945, com a libertação da França, grandes manifestações em Sétif e Guelma (paralelas às realizadas na metrópole), teriam dado lugar a demonstrações de protestos e passeatas pelos nacionalistas, interrompidos pela intervenção do exército francês. Após o massacre, teria ocorrido uma série de levantes em várias localidades como o estopim para a guerra, tradicionalmente analisada em cinco fases: 1) As origens na rebelião após os ataques; 2) A ofensiva política e militar da FLN de 1º de novembro de 1954 à meados de 1956; 3) O esforço francês iniciado em 1956 simultaneamente a guerra do Vietnã, o que levaria ao fim da quarta república; 4) A ofensiva política e militar do General de Gaulle de 13 de maio de 1958 à 4 de novembro de 1960; 5) A busca por um acordo de paz de 4 novembro de 1960 à 15 março de 1962 (MELNIK, 1964).

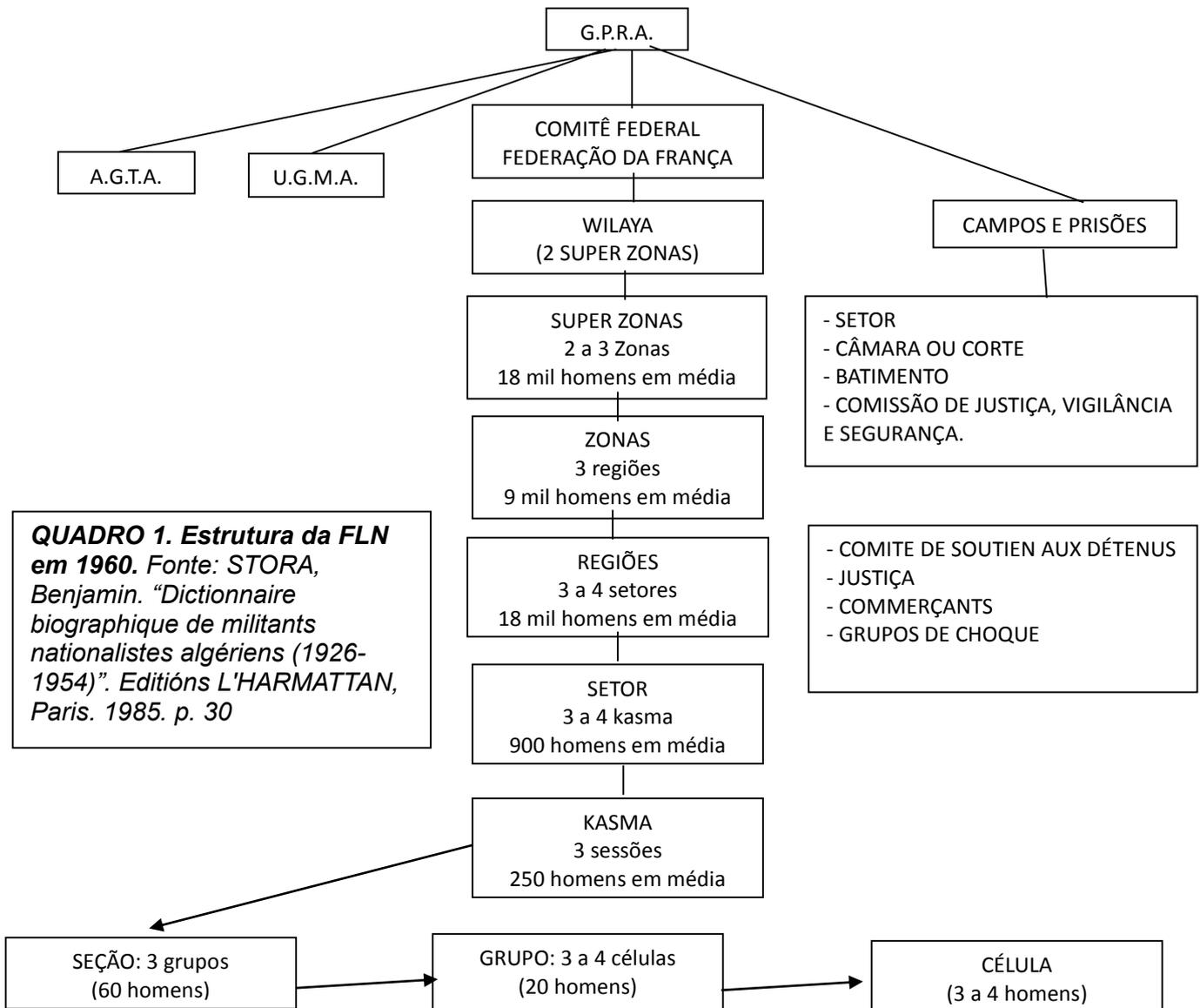
3.3 A independência, a experiência Socialista e a Construção do Estado

Nas palavras do próprio Ahmed Ben Bella, em um artigo publicado na edição de textos selecionados sobre Ernesto Che Guevara e a Revolução Cubana em 1998: “(...) entre 1962-65, Argel era um paraíso para todos os anti-imperialistas do mundo” (BEN BELLA, 1998). Nesse momento, após 130 anos de ocupação francesa e de dez anos de guerra, a FLN havia logrado não apenas a independência formal, como preparava o país para a transição ao socialismo. Em menos de três anos, o país passaria do clima de euforia para a instabilidade política e por fim, o início de um governo autoritário por quase duas décadas a partir do golpe de 1965. Este governo marcou não apenas o fim do processo de mobilização nacional e integração das massas ao sistema político, como também representou um contínuo caminho para fora da via socialista e transição para uma experiência de capitalismo de Estado. Embora tenha obtido êxito em sua principal reivindicação (a independência formal) e tenha sido capaz de manter sua soberania em relação principalmente a antiga metrópole, a FLN também passou de uma organização capaz de mobilizar toda sociedade para um partido único e autoritário.

Entre 1954 e 1962, os esforços na guerra contra França levaram ao mesmo tempo à independência do país e ao seu colapso financeiro e social. A economia estava devastada, os excessivos gastos militares do governo colonial aumentaram a dívida pública. Em 1962, com a assinatura dos Tratados de Evian, a Argélia obteve a independência formal da França. A produção industrial havia reduzido em 35% e o país contava com dois milhões de desempregados, após um milhão de perdas durante a guerra. Ainda assim, a minúscula burguesia europeia (1% da pop.) concentrava 47% da renda nacional, quadro semelhante a de outras nações africanas sem uma burguesia nacional ou um proletariado forte (FAURSON, 1975).

Do comando da FLN no exílio havia sido criado em 1958 o GPRA (Governo Provisório da República Argelina), essa estrutura foi mantida até o final da guerra quando Ben Bella e Hourì Boumedienne, comandante do ALN (Exército de Liberação Nacional) voltaram ao país formando o primeiro governo eleito, e presidido por Ben Bella. Teve início então a construção do Estado Nacional pela via do socialismo (PRASHAD, 2008). O GPRA foi a estrutura a partir da qual derivou o governo executivo do país e também a Assembleia Popular Nacional (câmara baixa) e o Conselho da Nação (câmara alta) formados em 1962 para iniciar os trabalhos da assembleia constituinte e posteriormente, o legislativo do país. Com o golpe em 1965, o congresso permaneceria fechado até a morte do presidente Boumedienne em 1976 e a convocação de novas eleições. Embora tenha mantido a linha nacionalista, estatizando o petróleo e o gás com a criação da Sociedade Nacional para a

Pesquisa, Produção, Transporte, Transformação e Comercialização de Hidrocarbonetos (SONATRACH), a ligação com o movimento dos não-alinhados e diversos planos de crescimento industrial, Boumediene deu início a transição para um modelo próprio de capitalismo de Estado, tentando conciliar a exploração dos recursos naturais com crescimento econômico e política externa independente (SESQUIN, 2013).



QUADRO 1. Estrutura da FLN em 1960. Fonte: STORA, Benjamin. "Dictionnaire biographique de militants nationalistes algériens (1926-1954)". Éditions L'HARMATTAN, Paris. 1985. p. 30

Nesta representação da estrutura hierárquica do GPRA verifica-se um alto grau de organização e centralização da tomada de decisões e do comando das ações da FLN, baseada nas mais de 10 mil células compostas por militantes na base da organização, convertida em partido-governo. Com a independência, a experiência acumulada nessa forma de organização política, levou a formação das três distintas instituições que assumiram o controle de esferas distintas do planejamento econômico: a burocracia estatal, o exército e a auto organização dos trabalhadores que se consolidaria como a União Geral

dos Trabalhadores Argelinos (UGTA). Num país até então governado pela elite de origem europeia, virtualmente não havia uma burguesia nacional ou um proletariado forte e significativo. Apenas uma reduzida pequeno burguesia ligada à antiga metrópole, formada por descendentes dos colonos europeus e a elite muçulmana; e uma majoritária parcela da população, de camponeses e trabalhadores sub-empregados no campo ou nas zonas urbanas (FAURSON, 1975).

Como pode ser visualizado na **Tabela 4**, a estratificação social nos primeiros anos de independência e de um regime socialista fortaleceu o núcleo diretivo formado no interior da FLN, atribuindo o planejamento estatal e a liderança das forças armadas aos antigos quadros dirigentes da guerra contra a França. Ao mesmo tempo em que a evasão de boa parte dos antigos colonos,

deixou vaga a propriedade e a gestão de boa parte das terras disponíveis para agricultura e de fábricas nas áreas urbanas. Estas últimas, foram em parte cedidas a auto gestão por seus trabalhadores (KABACHE, 2003). Com a emigração de cerca de 800 mil europeus (80% do total) ainda no primeiro ano do governo Ben Bella, incluindo a quase totalidade dos técnicos e a maior parte dos grandes proprietários e funcionários públicos, este espaço foi sendo gradativamente ocupado pela pequeno burguesia que até 1962 sofria de severas restrições à mobilidade social e econômica.

Grupo	Nº de Pessoas
Oficiais governamentais e Burocratas	40-60 mil
Exército e Serviços de Segurança	70-80 mil
Classe Média Profissional e Outras	40-50 mil
Trabalhadores Socializados na Agricultura	150 mil
Trabalhadores Industriais Socializados	10-15 mil
TOTAL	310-355

Tabela 4. Nova Elite 1965. Fonte: FARSON, Karen. "State Capitalism in Algeria". *MERIP Reports*, No. 35 (Fev. 1975), pp. 3-30.

Ainda em 1962, o governo provisório do GPRA havia firmado com a França o Programa de Trípoli, que previa a manutenção e proteção de propriedades e campos de petróleo no Saara argelino em troca de repasses de recursos para reconstrução do país e assistência técnica por três anos (KABACHE, 2003). Dessa forma, mesmo com a emigração dos franceses que ocupavam os principais cargos da administração pública, a expertise da metrópole teve grande peso na formação dos novos quadros nacionais, estima-se por um censo oficial de 1963 que entre os servidores públicos do país 13.729 eram franceses oriundos da assistência técnica prevista pelo Programa de Trípoli, 22.182 eram argelinos remanescentes da administração colonial e 34.097 eram membros da FLN, recrutados após 1962 (HUMBRACI Apud KABACHE, 2003). De acordo com o mesmo estudo, as decisões mais relevantes e os cargos mais influentes seguiam nas mãos da burguesia francesa e argelina, estimulando a manutenção da estrutura administrativa

colonial e de seus valores a respeito da condução do governo e das responsabilidades deste perante a sociedade.

Ao mesmo tempo em que sob a liderança de Boumedienne, o exército logrou eliminar de forma definitiva as rebeliões organizadas por líderes provinciais da FLN, emergidos das disputas por posições mais elevadas na organização ainda no período de guerra (FAURSON, 1975). Foi também durante o período de 1962 à 1965 que Ben Bella passou a intensificar os programas de nacionalização dos meios de produção e até mesmo de pequenos comércios e prestações de serviços, o que levaria os pequenos proprietários a apoiarem o golpe que levou Boumedienne ao poder em 1965. O grupo que deu sustentação ao golpe, passou a defender o discurso de que levariam a frente o projeto vagamente socialista por meio de “modificações ad hoc” de cunho pragmático na forma como vinham sendo feitas as nacionalizações. De fato Boumedienne manteve as bases sobre as quais o governo anterior havia atuado, mantendo a maior parte das iniciativas de auto gestão, o crescimento do controle burocrático sobre a economia e da autoridade política central sobre as províncias no interior do país. Como comandante do exército argelino, Boumedienne conduziu esta instituição ao núcleo do planejamento estatal, articulando também a base da sociedade, com o serviço militar universal e obrigatório. Concluindo a eliminação das dissidências provinciais restantes da guerra, o novo governo soube incorporar uma possível oposição ligada ao grupo de Ben Bella.

3.3.1 Plano Quadrienal (1970-1973)

Ao longa da década seguinte ao golpe de Estado contra Ben Bella, os esforços da cúpula da FLN foram direcionados à reorganização da economia e das instituições políticas do país para o desenvolvimento de via capitalista de crescimento econômico. O grupo de Boumedienne decidiu fazer da indústria pesada a principal prioridade do governo, reduzindo o papel central ocupado pela agricultura. Tendo em conta o potencial das atividades ligadas à exploração de petróleo e gás também como propulsoras da indústria petroquímica, inexistente no país até a década de 1960 (FAURSON, 1975). A Sonatrach corresponde ainda hoje a 30% do PIB argelino, sendo a maior empresa do continente africano e a 11º do mundo em faturamento. Desde sua fundação, em 1963, esteve ligada diretamente a estrutura governamental como instrumento de formulação e implementação da política econômica doméstica e internacional. Da mesma forma que as políticas voltadas para exploração de hidrocarbonetos ocupam um papel central na trajetória política e econômica do país deste então, o próprio

desenvolvimento institucional da empresa pode ser considerado um reflexo do desenvolvimento político argelino. Dessa forma, enquanto nos primeiros três anos de independência não houve avanços na área devido aos acordos fechados com a França. Entre 1965 à 71 ocorreu um endurecimento da postura adotada sobre a área, levando às expropriações dos campos pertencentes a companhias francesas. Mesmo com pagamento de indenizações, a nova política externa levou a uma série de sanções econômicas pela antiga metrópole tanto à Argélia quanto aos outros países que haviam seguido a decisão. O boicote francês no entanto, foi concomitante à criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que propiciou não apenas a rápida reinserção das exportações a outros países, como a autonomia para regular os preços internacionais do produto a nível mundial, fornecendo um crescimento considerável do excedente disponível para investimentos em infraestrutura (ENTELIS, 1999).

INVESTIMENTO E EXPECTATIVA DE RETORNO (em milhões de dinares)					
Setor	Investimento		PIB		% Aumento
	Total inv.	% do Total	1969	1973	
Agricultura	4,200	15	2,400	2,700	3
Hidrocarbonetos	4,600	17	2,610	4,600	15,3
Mineração e Indústria	7,800	28	2,190	3,735	16,7
Infraestrutura (moradia, empregos públicos, transporte, irrigação, comunicações, energia)	4,600	16	1,940	3,450	11,3
Administração e Utilidades Públicas	1,600	6			
Infraestrutura Social (educação, serviços sociais, turismo)	4,900	18			
Comércio e Serviços Não-Governamentais			5,500	6,600	4,4
TOTAL	27,700	100	14,640	21,085	10

Tabela 5. Plano Quadrienal 1970-73. Fonte: FARSON, Karen. "State Capitalism in Algeria". MERIP Reports, No. 35 (Fev. 1975), pp. 3-30.

De acordo com a **tabela 2**, 61% dos recursos destinados ao plano quadrienal implementado em 1971 foram diretamente planejados para os setores de mineração, indústria, petróleo e gás. Comparando estes dados aos índices de empregos, temos uma média de aumento anual de 8% entre 1967-1977 e de 11% entre 1977-1980, correspondendo aos investimentos previstos pelo Plano Quadrienal de 1970/73 e as expectativas da estratégia de desenvolvimento que orientou a atuação estatal. Utilizamos o banco de dados "Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990" (ALVAREZ, CHEIBUB, LIMONGI, PRZEWORSKI; 1995) para criar duas séries históricas. Na primeira comparamos a taxa de investimento em

relação ao PIB, o crescimento do PIB e da inflação. Na segunda comparamos as taxas de crescimento da Argélia com a média dos países do Oriente Médio e Norte da África e dos países industrializados.

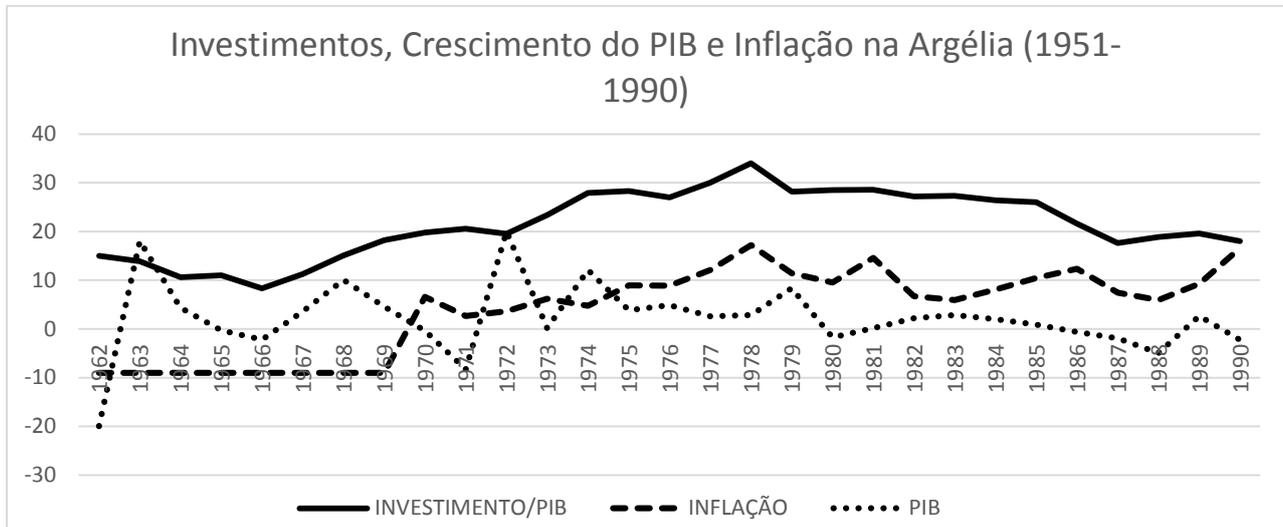


Gráfico 3. Investimentos, Crescimento do PIB e Inflação na Argélia (1951-1990). ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando e PRZEWORSKI, Adam. “Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990”. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

Os quatro primeiros anos foram desastrosos economicamente, resultado das consequências da guerra e da instabilidade que marcou o governo de Ben Bella, que registrou uma diminuição de 19% do produto nacional logo no primeiro ano. Após 1966, inicia-se uma trajetória contínua de recuperação do investimento público e do crescimento. Vemos que houve uma nova queda do PIB e consequente recessão entre 1970 e 1971, quando a inflação disparou, iniciando a trajetória de aumento que seguiria até o final da década de 1970. Mas no período do plano quadrienal, o investimento público em relação ao PIB aumentou 50% em apenas três anos, com uma inflação estável e picos de crescimento em 1972 e 1974. Após esse período houve o lançamento do segundo plano quadrienal (1974-1977), construído sobre as mesmas bases do primeiro e com o objetivo de aprofundar os investimentos nos setores de maior complexidade na indústria petroquímica e siderúrgica (FARSOUN, 1975; p. 20).

Como a renda do petróleo não seguiu a mesma proporção dos aumentos em investimento público, a inflação voltou a crescer na mesma proporção que o investimento, que atingiu 34% do PIB em 1978. No gráfico 4, se considerarmos apenas o período a partir de 1962, vemos que a maior distância entre o ritmo de crescimento nas duas regiões analisadas foi justamente o período entre 1973 à 1977, como reflexo da crise do petróleo, na qual metade dos países do Oriente Médio e Norte da África elevaram o ritmo

de crescimento de toda a região, por ter 40% ou mais de seu PIB proveniente da renda do petróleo (ALVAREZ, CHEIBUB, LIMONGI, PRZEWORSKI; 2000).

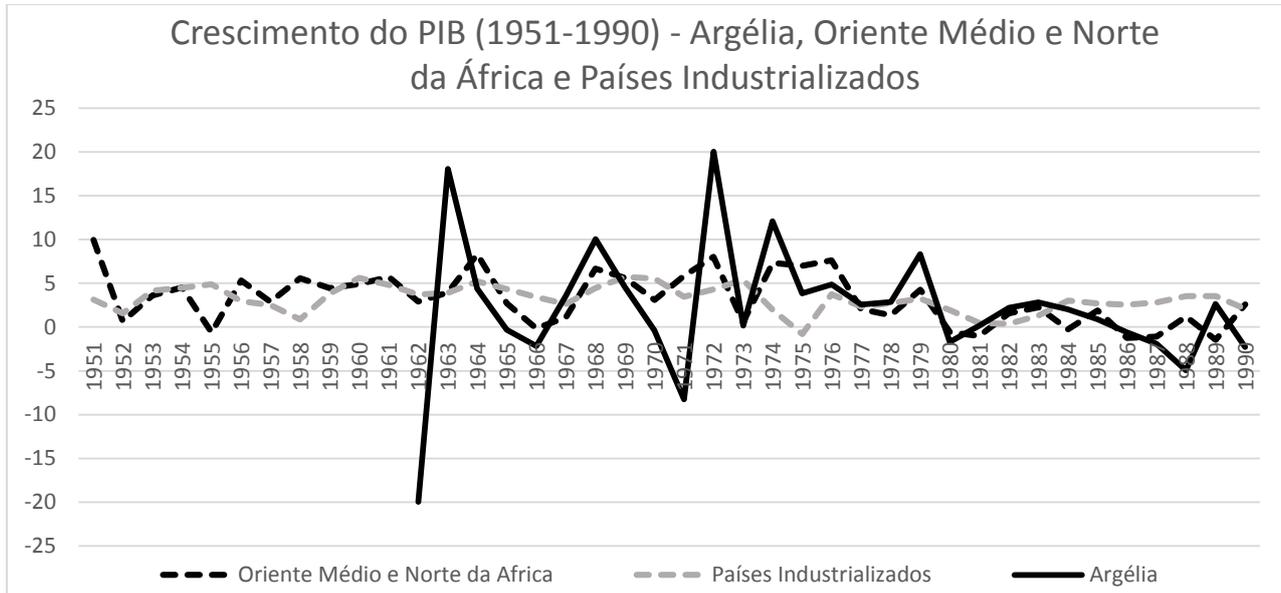


Gráfico 4. Crescimento do PIB (1951-1990) - Argélia, Oriente Médio e Norte da África e Países Industrializados. ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando e PRZEWORSKI, Adam. “Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990”. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

3.3.2 Os trabalhadores e o Estado

Como foi destacado anteriormente, com o vazio institucional deixado pela emigração dos franceses, uma janela de oportunidades foi aberta para a pequena burguesia de comerciantes argelinos, os reduzidos quadros de servidores públicos, os líderes da FLN e os poucos trabalhadores organizados sob a União Geral dos Trabalhadores Argelinos. Desde a guerra, a UGTA passou a exercer um papel central de apoio à FLN, representando tanto a totalidade de operários organizados em solo argelino, quanto a enorme massa de imigrantes na França. Com a chegada ao poder e principalmente após a ascensão do grupo liderado por Boumedienne ao governo, os principais líderes da UGTA foram cooptados pela FLN, com o estabelecimento de diversas restrições ao direito de greve pelo código penal que reduziram dramaticamente a militância dos trabalhadores (ALEXANDER, 2002).

Mas a despeito dos massivos investimentos realizados de acordo com o plano quadrienal de 1970/73 e alterações na legislação sindical, o aumento da produtividade e do crescimento econômico esperados para o setor de gás e petróleo foram mais baixos, após o declínio da final dos anos 1960. Durante os anos 1970, a estratégia

de desenvolvimento formou cadeias de venda e investimento externo em petroquímicos, produção de aço e outros setores de indústria pesada. O governo também usou a renda do petróleo para comprar suporte técnico.

Na **tabela 5**, embora não tenhamos os números de grevistas de todos os anos, se utilizarmos como referência a quantidade de greves por ano podemos notar que elas mantiveram-se estáveis durante os dois primeiros governos. Inclusive com reduções significativas nos dois últimos anos do governo de Boumedienne, quando ocorreu o ápice da política de elevação do investimento público e industrialização nacional. Foram entre os anos de 1971 e 1977 que o número de empregos na indústria aumentou enormemente, evitando protestos e ampliando o tamanho das bases sindicais.

Greves na Argélia (1969-1990)		
Ano	Greves	Num. Grevistas
1969	72	10.865
1970	99	12.898
1971	152	21.603
1972	146	20.140
1973	168	
1974	210	
1975	393	
1976	349	
1977	521	70.000
1978	323	
1979	696	110.000
1980	922	117.254
1981	819	
1982	768	
1983	688	85.000
1984	855	
1985	809	
1986	640	
1987	648	
1988	1933	285.619
1989	3389	357.652
1990	2023	301.694

Tabela 5. Greves na Argélia (1969-1990). Fonte: ALEXANDER, Christopher. "The Architecture of Militancy: Workers and the State in Algeria, 1970-1990". *Comparative Politics*, Vol. 34, No. 3. Apr, 2002.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, obtivemos resultados que podem ser agrupados em dois eixos de considerações finais. O primeiro diz respeito à abordagem adotada no trabalho, sem entrar ou mesmo mencionar toda a imensa produção teórica sobre imperialismo e neocolonialismo. Apesar da citação de Hobson (1905) logo no começo do marco teórico, não nos aprofundamos no pensamento deste autor ou nas vertentes de Lenin e Rosa Luxemburgo porque nosso foco esteve nas relações institucionais entre os governos francês e argelino. Procuramos evidenciar o desenvolvimento das instituições políticas em si, ao mesmo tempo em que ocorreu a conquista e a colonização do país. Alexis de Tocqueville (1815,1837), como foi citado, foi ao mesmo tempo um defensor das liberdades individuais contra a opressão da maioria, e também um defensor e ator importante na conquista de Argel, tendo feito duas viagens ao país e reportando suas impressões de viagem para posteriormente mobilizar o parlamento francês para aumentar suas forças na região e ampliar o projeto colonial.

Outro ponto que nos levou a centrar-nos nas instituições foi a existência de fluxos comerciais intensos e relações diplomáticas da região com a Europa desde a antiguidade, formando um sistema próprio entre toda a costa do Mar Mediterrâneo, por onde transitaram também povos do norte europeu e todo norte africano. Principalmente no período de 1100 e 1500, como a idade de ouro do comércio transaariano, onde o Saara serviu de zona de passagem privilegiada, configurando-se como a terra dos nômades que faziam o comércio entre os povos sedentários do norte e do sul (NIANE, 2010).

Nessa análise, o Saara aparece comparado ao mar, onde o Sahel e as fronteiras ao sul da África setentrional corresponderiam ao seu litoral, formando terminais importantes das caravanas que ligavam as regiões ao sul de Tichit, Walata, Tombuctu, Tirekka e Gao as regiões de Tamdult, Sidjilmasa, Tlemcen, Wargla e Ghadames ao norte (NIANE, 2010, p. 683). Como vimos, no início do século XIX, havia em toda a região uma forte estrutura estatal proveniente da dominação otomana e centralizada nas cidades, o Makhzen. Para Immanuel Wallerstein o processo de integração de regiões como essa, na periferia da economia mundial, se deu com a obra de “integradores”, sabendo se adaptar aos sistemas políticos existentes e encontrar os meios de transformá-los em estruturas estatais, contidas no sistema interestatal e por ele delimitadas, enfraquecendo as estruturas pré-existentes para condicionar toda a economia aos objetivos econômicos específicos (WALLERSTEIN, 2010, p. 31).

“(…) resultando na constituição de “Estados” submissos às regras e aos mecanismos do sistema interestatal; tais Estados eram fortes o suficiente

para facilitar uma circulação relativamente fluída dos fatores de produção no interior da economia-mundo, mas não tinham a potência necessária para se oporem a ela, salvo por certos meios restritos e por tempos limitados. Estamos convencidos de que tal processo de integração se desenrolou a partir de 1750 (até aproximadamente 1900), para a África do Norte, a África do Oeste e a África do Sul, ao passo que a África do Leste apenas começou sua integração por volta de 1850, ou até mesmo 1857. (WALLERSTEIN, 2010, p. 32)

A resistência argelina a esse processo foi então o principal elemento para sua conquista precoce em relação aos demais países do Magreb e mesmo a totalidade do continente africano (WALLERSTEIN, 2010; CHÉRIF, 2010; TOCQUEVILLE, 1837; YAZBEK, 2010; AMIN, 1970). O modelo de administração otomano, onde todas as atividades burocráticas e militares eram exercidas por agentes externos foi lentamente sendo adaptado ao sistema francês de dominação, com a premissa de incorporar as populações e territórios submissos. Concluímos que para as elites locais, essa mudança teria sido benéfica, considerando que havia a possibilidade de ocupar posições intermediárias dentro da nova administração. E principalmente, iniciou-se a expansão do controle, subjugando também antigos grupos no interior do país com relativa autonomia. Grupos de origem étnica e religiosa diversa que passaram a ser integrados também a sociedade muçulmana e aumentando a influência dos Ulemás.

Consideramos que a maior integração desses grupos, mesmo que de forma violenta e autoritária e a ampliação considerável da infraestrutura colonial favoreceu a emergência dos movimentos nacionalistas mencionados no capítulo dois. Ao mesmo tempo a imigração de trabalhadores argelinos e de estudantes da elite muçulmana para a França, dotou esses grupos de maior conhecimento sobre a metrópole e possibilitou o contato com tunisianos e marroquinos, que tinham mais liberdade de organização na França do que em seus países. Como em vários outros casos desse período da história mundial, foi no exílio na Tunísia que os grupos se estruturam de forma mais centralizada, coordenando as ações de guerra e formando o aparato institucional do futuro Estado.

Foram produzidos nas décadas seguintes, estudos sobre neocolonialismo e neoimperialismo, como a célebre obra “Neo-colonialism in West África” de Samir Amin (1973), onde em linhas gerais, aponta-se para as armadilhas que levaram os novos países da África Ocidental à uma situação de submissão em relação às antigas metrópoles. No caso Argelino, havia uma burocracia forte no período colonial, que foi consolidada pelo programa de reconstrução do país, incluindo a expertise para administração pública. E foi ao assumir a administração colonial que a FLN incorporou-se a estrutura estatal,

convertendo-se num partido-estado. Para o primeiro capítulo fizemos algumas inferências de acordo com as premissas ligando a existência da competição entre partidos à democracia. No entanto, entendemos que seria inevitável que todo o processo de independência como foi descrito resultasse num cenário com mais de um partido, de livre associação e em moldes liberais. Se compararmos a trajetória da FLN na Argélia pós-independência, podemos considerar que os trinta anos de vigência do unipartidismo foi um tempo relativamente curto para a transição à um regime multipartidista em 1992.

Mesmo as disputas internas entre 1962 e 1965, eram inevitáveis, considerando que a FLN foi o resultado da convergência de vários grupos e linhas de pensamento distintos. Essa disputa entre o grupo mais próximo à Ahmed Ben Bella e o grupo de Boumedienne pode ser observada inclusive numa produção cinematográfica de 1976, "A Batalha de Argel", internacionalmente conhecida e produzida pelo diretor italiano Gillo Pontecorvo, famoso por produções com temáticas dedicadas a emancipação e as lutas por independência. Esse filme, produzido com o apoio de Boumedienne, retrata de forma chocante todos os preparativos para uma das principais batalhas da guerra, assim como a reação dos franceses, as torturas, a perseguição. Nele, no entanto, foi omitido o protagonismo de Ben Bella na batalha, devida a sua deposição em 1965 e o esforço de Boumedienne para limitar seu poder simbólico.

No pós-independência, a Argélia passou a representar um caso de sucesso entre as ex-colônias, com planos robustos de desenvolvimento centralizados pelo Estado, iniciados pelo governo socialista e democraticamente eleito de Ahmed Bem Bella e mantidos após o golpe coordenado pelo comandante do Exército de Liberação Nacional, Houari Boumedienne (FAURSON, 1975; p. 23). Nos históricos de sucesso dos Estados desenvolvimentistas, a democracia aparece sempre como um entrave por ser um sistema de poder de caráter conservador quanto as rápidas transformações, envolvendo sequencias de acomodações de interesses entre elites políticas. Dessa forma, a inclusão de novos atores e a ampliação dos interesses envolvidos nos processos decisórios provocariam um excesso de demandas sobre o sistema político, elevando expectativas, reduzindo as possibilidades de consenso e, por isso, minando as capacidades de realização de objetivos em ritmo acelerado (JOHNSON, 1982; LEFTWICH, 1998 E WADE, 1990 APUD GOMIDE e PIRES, 2014). E como pontuamos, a recomposição da elite argelina deu-se exatamente de acordo com o grupo dominante na FLN, gerando uma classe dirigente coesa e integrada num mesmo projeto de desenvolvimento.

Na ciência política, poucas linhas de pensamento e de análise empírica podem ser consideradas como constantes universais, diferente do que ocorre em outras áreas, dado o caráter subjetivo e abstrato de seus objetos de pesquisa e a impossibilidade

de um comportamento imparcial pelo pesquisador (WEBER: 1979). Ainda assim, junto a teoria das elites, Robert Michels, na sua análise do desenvolvimento do Partido Social Democrata alemão, descreve o que o autor cunhou como “lei de bronze das oligarquias” (1914, p.219), segundo a qual todas as organizações tenderiam com o tempo à concentrar o poder e a tomada de decisões no grupo dirigente em cada instituição. No caso analisado concluímos que a FLN como resistência armada já possuía uma hierarquia rígida e centralizadora, devido a sua estratégia de atuação, que foi minimamente ampliada na formação do GPRA para acomodar as elites burocráticas e econômicas. Os trabalhadores que no período de guerra constituíam a base da organização e estavam organizados em células, estiveram sempre afastados da tomada de decisão. Após a consolidação do Estado, passaram a atuar principalmente por meio dos sindicatos agrupados na UGTA.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. "Montesquieu: sociedade e poder". In: WEFFORT, Francisco (Org.). "Os clássicos da política Vol. 1". Editora Ática, São Paulo, 2001.

ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando e PRZEWORSKI, Adam. "Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990". Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

AMIN, Samir. "The Magreb in the Modern World – Algeria, Tunisia, Morocco". Penguin Books. Londres, 1970.

ANDERSON, Benedict. "Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo". São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARON, Raymond. "Paz e Guerra entre as Nações". Editora Universidade de Brasília. São Paulo, 2002 [1962].

BADI, M. K. "Ideologias y Experiencias de Integracion Regional en Africa. Problemas y Perspectivas". Tese de Doutorado submetida ao Programa de Estudios Internacionales da Universidad Complutense. Madrid, 1992.

BEN BELLA, Ahmed. "Che Guevara, Cuba, And The Algerian Revolution". The Militant, Vol 62, no. 4, 2 February 1998.

BÉNOT, Yves. "A descolonização da África Francesa (1943-1962)". In: FERRO, Marc (Org.). O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BOBBIO, Norberto. "Estado, Governo e Sociedade: Para Uma Teoria Geral da Política". Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2007.

_____. "Dicionário de Ciência Política". Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

_____. "Teoria Geral do Estado". Editora Elsevier Ltda. Rio de Janeiro, 2000.

BROOKER, Paul. "Twentieth-Century Dictatorships: The Ideological One-Party States". Macmillan Press Ltd. Londres, 1995.

CHÉRIF, Mohamed H. "Novos desenvolvimentos no Magreb: Argélia, Tunísia e Líbia". In: História Geral da África Vol. VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCar, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. "Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAHL, Robert. "La poliarquía". Tecnos, Madrid, 1989.

DIALLO, Mamadou Alpha. "África Ocidental: Oportunidades e Desafios da Integração Regional Frente às Relações Interafricanas (Desde os anos 1960)". Tese de Doutorado submetida ao Programa de Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Porto Alegre, 2015.

DUVERGER, Maurice. "Los Partidos Políticos". Fondo de Cultura Económica, México D.F. 1957

ENTELIS, John. "Sonatrach: the Political Economy of an Algerian Institution". Middle East Journal, Vol. 53, No. 1 (Winter, 1999), pp. 9-27.

FARSOUN, Karen. "State Capitalism in Algeria". MERIP Reports, No. 35 (Feb. 1975), pp. 3-30. URL: <http://www.jstor.org/stable/3011457>. Accessed: 22/11/2013 08:56.

FERRO, Marc (Org.). "A conquista da Argélia", "Argélia: do colonialismo às vésperas da insurreição", In: O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GELLNER, Ernest. "Nações e nacionalismo". Lisboa: Ed. Gradiva, 1993.

GOMIDE, Alexandre de Ávila e PIRES, Roberto Rocha. "Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas". Brasília: Ipea, 2014.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. "The Federalist Papers". Liberty Fund, Inc. Indianapolis, 2001.

HOBBSAWM, Eric. "Nações e nacionalismo desde 1780". São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1990.

HOBSON, John A., "Imperialism: A Study". Library of Economics and Liberty, 2011. [1902]

HRBEK, Ivan. "A África setentrional e o Chifre da África". In: MAZRUI, A. A. História Geral da África Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCar, 2010.

KABACHE, Rabah. "State bureaucracy and the politics of development in Algeria: 1962-1978". Revue Sciences Humaines. N°20, Décembre. Constantine, 2003.

LIBOREIRO, Ernesto S. "Dicionário de Ciências Sociais e Políticas". Editora Ariel, Buenos Aires, 2004.

LIMONGI, Fernando Papaterra. "' O Federalista': remédios republicanos para males republicanos". In: WEFFORT, Francisco (Org.). "Os clássicos da política Vol. 1". Editora Ática, São Paulo, 2001.

MACPHERSON, C. B. "A democracia liberal: origens e evolução". Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MANIN, Bernard. "As metamorfoses do governo representativo". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.10 n°. 29, São Paulo. 1995.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. "Eleições e Representação". Revista Lua Nova, São Paulo, N° 67. 2006.

MANN, Michael. "Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer". In: Gopal Balakrishnan (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto. 2000.

MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar. 1967.

MARX, Karl. "La guerra civil en Francia". 1871.

_____. "O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu de Almeida. "John Locke e o individualismo liberal". In: WEFFORT, Francisco (Org.). "Os clássicos da política Vol. 1". Editora Ática, São Paulo, 2001.

MELNIK, Constantin. "Insurgência e contra insurgência na Argélia". Rand Limited Document, Abril. 1964.

MICHELS, Robert. "Para uma sociologia política dos partidos políticos contemporâneos". Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1914.

MOSCA, Gaetano. "A classe política". In: MOSCA, G. Elementos de ciência política". 1896.

NASCIMENTO, Milton Meira do. "Rousseau: da servidão à liberdade". In: WEFFORT, Francisco (Org.). "Os clássicos da política Vol. 1". Editora Ática, São Paulo, 2001.

NIANE, Djibril Tamsir. "Relações e intercâmbio entre as várias regiões". In: NIANE, D. T. História Geral da África Vol. IV: África do século XII ao XVI. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCar, 2010.

PANEBIANCO, Angelo. "Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos". Editora Martins Fontes. São Paulo. 2005.

PATEMAN, Carole. "Participação e teoria democrática". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PITTS, Jennifer. "Liberalism and empire: Tocqueville on Algeria". 1999 Annual Meeting of the American Political Science Association, 1999.

PRASHAD, Vijay. "The Darkers Nations: A People's History of Third World". The New Press, Nova York. 2008.

PRZEWORSKI, Adam. "Minimalist Conception of Democracy". The Democracy Sourcebook. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. "Democracia Participativa: Para Ampliar o Cânone democrático". Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

SARTORI, Giovanni. "Democracia". Revista Ciencia Política Vol.13 - Nº1 y 2, 1991.

_____. "Partidos y Sistemas de Partidos". Alianza Editorial, Madrid. 1976.

SCHUMPETER, Joseph A. "Capitalismo, socialismo e democracia". Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961

SESQUIN, Jerome. "Algeria: Test of Power". Série de documentários. Al Jazeera. 2013.

STORA, Benjamin. "Dictionnaire biographique de militants nationalistes algériens (1926-1954)". Editions L'HARMATTAN, Paris. 1985.

TARROW, Sidney. "La sociedad en movimiento". Alianza, Madrid, 1994.

TOCQUEVILLE, Alexis. "O antigo regime e a revolução". Brasília: Ed. UnB, 1997. [1815]

_____. "A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático". Editora Martins Fontes: São Paulo, 2005.

_____. "Second letter on Algeria". Cégep de Chicoutimi. Québec, 2002. [1837]

TOURAINÉ, Alain. "Los movimientos Sociales". Revista colombiana de Sociología, nro. 27, Bogotá, 2006.

VIDROVICH, C.C. "As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980). In: História Geral da África Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCar, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. "África e o sistema-mundo". In: História Geral da África Vol. IV: África do século XII ao XVI. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCar, 2010.

WEBER, Max. "A 'objetividade' do conhecimento nas Ciências Sociais". In: COHN, Gabriel (org.). Max Weber: Sociologia. São Paulo, Ática, 1979.

_____. "Economia e Sociedade". Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

_____. "Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída". Editora Nova Cultural. São Paulo, 1997.

YAZBEK, Mustafa. "A Revolução Argelina". Ed.Unesp, São Paulo. 2010.